



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ADRIANA SILVA DE PINHO NASCIMENTO DE JESUS

**ENTRE A DOR E A ALEGRIA: A INVISIBILIDADE DO ADOECIMENTO DOS/AS  
ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA**

CACHOEIRA - BA  
2017

ADRIANA SILVA DE PINHO NASCIMENTO DE JESUS

**ENTRE A DOR E A ALEGRIA: A INVISIBILIDADE DO ADOECIMENTO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Heleni de Ávila.

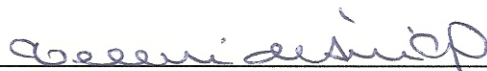
CACHOEIRA – BA  
2017

ADRIANA SILVA DE PINHO NASCIMENTO DE JESUS

ENTRE A DOR E A ALEGRIA: A INVISIBILIDADE DO ADOECIMENTO DAS/OS  
ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA.

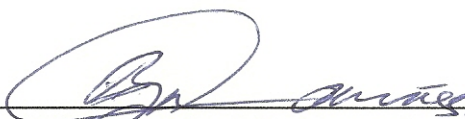
Cachoeira – BA, aprovada em 14/03/2017.

BANCA EXAMINADORA



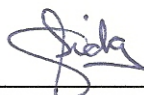
---

Profa. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila  
Presidente da Banca Examinadora



---

Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães  
Membro da Banca Examinadora



---

Assistente Social, Ms. Sida da Silva  
Membro da Banca Examinadora

À minha mãe, pai e avó

À classe que vive do trabalho.

Aos trabalhadores/as assistentes sociais pesquisados/as.

## AGRADECIMENTOS

Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania  
De ter fé na vida.

Maria, Maria  
Milton Nascimento

Agradeço a todas as pessoas que estão presentes na minha vida, as que participaram desse momento de construção do ser que me tornei, e as que participarão do que me tornarei. A vida é dinâmica e com isso muda

A meu pai e minha “vó” que sempre tem mostrado o caminho certo para seguir e ajudando na construção do meu eu incentivando sempre para que através da dedicação aos estudos ter uma vida digna. Gratidão eterna, as mais palavras que poderia escrever aqui como agradecimento não expressaria todo meu amor, carinho e reconhecimento. Dedico esse trabalho a vocês de forma muito especial!

As/os assistentes sociais que participaram da pesquisa e relataram sobre as vivências cotidianas no seu trabalho que se entorpecem com amor e alegria da profissão para poder suportar o insuportável, e tiveram disposição para contribuir nesse estudo. Sem vocês não teria tanta riqueza essa pesquisa. Muito obrigada!!!

A minha família: tio, tia, irmã, mãe, primas e primos que sempre me deram forças para continuar com os estudos. E ir sempre à luta pelo que gosto, quero e sonho.

A meu pequeno e amado sobrinho, Bernardo, que nos momentos de querer sossego e alívio da tensão abraçava-o e sentia paz e amor daquela criança.

Aos amigos/as que sempre contei sobre o andamento do TCC, sobre minha ideia, que me apoiavam e incentivava meus interesses de dar prosseguimento a esta pesquisa, estando sempre disponíveis para me ouvir.

Agradeço de forma especial, a Nalyni, amizade desde o início da graduação. Amizade da UFRB para a vida.

Ao meu amigo Anderson por me ajudar sempre quando estava precisando me animando nos momentos de construção desta pesquisa com todo seu apoio e presença inigualável.

Ao meu amigo Jeremias. Obrigada por sempre me incentivar. Um exemplo de pessoa amiga e incentivadora.

A minha amiga Valdelice Santos por sempre se mostrar disponível em me ajudar nas organizações das ideias desse estudo.

Ao grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social – NATOSS pela experiência e vivência nas comunidades, estreitando laços entre a Universidade e os espaços comunitários. Tenho um carinho enorme!

Ao grupo de estudos e pesquisas marxistas – GEPM espaço onde mais agreguei conhecimentos marxistas. E sim é possível um mundo melhor, sem a exploração capitalista. Rumo a Revolução! Obrigada a todos os/as integrantes do grupo.

À Sida Silva pelo carinho, atenção e sempre esteve disponível para me dar atenção, contribuindo muito para que eu construísse este trabalho. Gratidão eterna. Obrigada!!!

Aos professores que fizeram parte da minha formação, de forma muito especial a Rosenária Ferraz, mulher guerreira, valente e inteligente, incentivou-me a crescer e explorar os conhecimentos da vida e fazer sem medo. Acreditou no meu potencial que ainda tão tímido e disse-me: sim, você pode! Agradeço imensamente pela oportunidade de aprendizado.

À professora Marcia Clemente que esteve sempre disposta a me ajudar na elaboração deste trabalho. Agradeço!

À minha orientadora Heleni de Ávila que me ajudou muito para construir cada detalhe deste estudo. Sempre muito presente, amiga e atenciosa! Obrigada

pela dedicação, pela oportunidade de aprendizado, pela troca de conhecimento, por se comprometer a me ajudar nessa minha trajetória de vida!!! Muito inteligente, linda e cheia de carisma.

Ao professor Bruno Durães, pelo comprometimento, paciência, que não só ajudou na orientação deste trabalho, mas também pela riqueza dos compartilhamentos de conhecimentos na sala de aula, no grupo marxista, além disso, incentivo de submeter trabalhos em eventos, além de me dar oportunidade de participar e contribuir em análise da pesquisa dos camelôs de Feira de Santana-BA. Este trabalho não poderia ter feito sem a sua contribuição pois, foi nas discussões advindas da sua pessoa que passei a me dedicar aos estudos sobre a precarização do trabalho e as consequências para a classe que vive do trabalho. Muito obrigada!!!

Por fim, agradecer que acima de tudo isso sem fé em Deus eu não conseguiria!

E o fruto do trabalho é mais que sagrado, meu amor.  
A massa que faz o pão vale a luz do teu suor.

Beto Guedes

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança:  
Todo mundo é composto de mudança  
Tomando sempre novas qualidades.

Luís Vaz de Camões

Quem é são pode ficar doente.  
A doença significa um dano à totalidade da existência.  
Não é o joelho que dói.  
Sou eu, em minha totalidade existencial, que sofro.  
Portanto não é uma parte que está doente,  
mas é a vida que adocece em suas várias dimensões:  
em relação a si mesmo,  
em relação com a sociedade,  
em relação com o sentido global da vida.

Leonardo Boff



## RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar como as condições precarizadas do trabalho do/a assistente social afeta a sua saúde tendo como lócus da pesquisa o município de Cachoeira-BA. Para tanto, a análise é iniciada com o histórico da profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e sua organização de trabalho na sociedade capitalista. A fundamentação teórica é, prioritariamente, com influências dos teóricos marxistas do Serviço Social. A categoria trabalho tem destaque central, compreendida como elemento fundante da sociabilidade humana e como importante produtor e reproduzidor do processo de acumulação do capital. Com as transformações do mundo do trabalho, o capital se metamorfoseia para preservar as suas estruturas de dominação e exploração do trabalho, acirrando as contradições na sociedade de classes e trazendo drásticas e severas consequências para a classe que vive do trabalho. A precarização do trabalho e o desmonte dos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora são expressão marcante e que vem se agravando nas transformações contemporâneas do mundo do trabalho. As consequências da precarização no trabalho trazem novos contornos no modo de vida dos/as trabalhadores e com isso reestrutura um novo perfil de sociedade no Brasil. Assim, ressalta-se a importância da discussão acerca da precarização do trabalho das/os assistentes sociais, até porque a literatura acerca desta realidade é escassa. Por fim, concluímos que a/o assistente social enfrenta uma realidade complexa e com vários impactos negativos, destacando o adoecimento, em sua vida profissional e pessoal, causadas pela precarização, cada dia mais presente em suas realidades laborativas.

**Palavras-chaves:** Trabalho. Precarização do trabalho. Trabalhador/a assistente social. Adoecimento.

## ABSTRACT

The present study aims to study how, as pre-determined conditions of the work of social worker, affects his health, having as a locus of the research the municipality of Cachoeira-BA. For this, an analysis is started with the history of the profession inserted in the socio-technical division of labor is a working organization in capitalist society. The theoretical basis is, as a matter of priority, influenced by Marxist social service theorists. A category of work has central emphasis, understood as a founding element of human sociability and as an important producer and reproducer of the process of capital accumulation. With the transformations of the world of labor, capital metamorphoses to preserve as its structures of domination and exploitation of labor, stirring up as contradictions in class society and bringing drastic and severe consequences to a class that lives from work. The precariousness of work and the dismantling of the rights historically conquered by the working class are a striking expression, and one that worsens in the contemporary transformations of the world of work. As a consequence of the precariousness, there is no work to construct new contours in the way of life of the workers, and with that it restructures a new profile of society in Brazil. Thus, the importance of the discussion about the precariousness of the work of the social workers is emphasized, because a literature on this reality is scarce. Finally, conclusions that the social worker faces a complex reality and with several negative impacts, highlighting the illness, in his professional and personal life, caused by precariousness, increasingly present in his laboratory realities.

**Key words:** worker. Precarization of work. Social worker's work. Sickness.

## **SIGLAS e ABREVIATURAS**

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

ANEPS – Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País.

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo.

CID – Classificação Internacional de Doenças.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CF – Constituição Federal.

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CNI – Confederação Nacional da Indústria.

EAD – Ensino a Distância.

GEPM – Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas.

IAENE – Instituto Adventista de Ensino do Nordeste.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional.

LOS – Lei Orgânica da Saúde.

NATOSS – Grupo de estudos, pesquisa e extensão Natureza, Trabalho, Ontologia e Serviço Social.

PL – Projeto de Lei.

SUS – Sistema Único de Saúde.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. ASPECTO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO</b> .....	21
1.1 A gênese e a consolidação da estrutura do Serviço Social no Brasil .....	21
1.2 Diretrizes das protoformas do Serviço Social no Brasil: do conservadorismo à intenção de ruptura .....	28
1.3 Serviço Social e o mundo do trabalho .....	39
<b>2. A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	48
2.1 Trabalho precarizado e as consequências da precarização para a classe trabalhadora na atual conjuntura .....	48
2.2 Impactos da precarização no cotidiano profissional do Assistente Social .....	62
2.3 A relação entre trabalho e saúde no cenário contemporâneo .....	66
<b>3. A INVISIBILIDADE DA SAÚDE DO ASSISTENTE SOCIAL</b> .....	72
3.1 A invisibilidade de adoecimento do profissional no Serviço Social .....	72
3.2 O município de Cachoeira .....	75
3.3 A perspectiva do trabalho dos/as Assistentes Sociais no município de Cachoeira .....	77
3.4 Tensões e contradições no trabalho do/a assistente social: adoecimento e sofrimento na atuação profissional .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>APÊNDICE</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de elementos da minha trajetória durante o percurso da formação na graduação, das experiências no campo de estágio e nos grupos de pesquisas e estudos que sucessivamente enriqueceram os meus conhecimentos que guiaram meu pensamento crítico em desvelar as contradições da realidade em que vivemos.

O interesse pelo tema, trabalho precarizado, foi despertado logo quando iniciei meus estudos nos primeiros semestres do curso, principalmente ao ingressar no grupo de estudo Marxista e o grupo de pesquisa e extensão NATOSS que cada vivência e experiência trocada aprofundava e, despertava meu interesse sobre o marxismo que desvelou a fonte do pensamento crítico-político, trabalho como uma categoria fundante do ser social, precarização do trabalho e as constantes consequências para a classe trabalhadora.

No processo de observação no campo de estágio meu interesse pelo tema aguçou ainda mais e me chamou atenção que o sofrimento profissional nas condições precarizadas do trabalho, de alguma forma tem impactos na saúde do profissional, causando seu adoecimento.

A partir disso, tornou-se imprescindível pesquisar para além dos espaços de observação do estágio sobre a saúde do trabalhador/a assistente social nas condições de trabalho precarizado em sites de pesquisas de publicação de trabalhos científicos, publicações em revistas online e entre outros. Foi, então, que observei a escassez de pesquisas sobre o tema; e por estes motivos intrigantes que esse estudo tem como principal justificativa a invisibilidade do adoecimento profissional assistente social. Diante desta realidade, buscou-se para tal intencionalidade três objetivos específicos: compreender a relação entre a saúde e a precarização do trabalho; analisar as condições de trabalho do assistente social e discutir as consequências da precarização do trabalho para a saúde do/a assistente social. Mais ainda, é na proposta do objetivo geral que evidência através das coletas das falas dos sujeitos pesquisados o revelando de que forma o trabalho precarizado afeta a saúde do/a trabalhador/a Assistente Social.

Nessa perspectiva, elaborou-se uma pergunta para orientar as investigações: como o trabalho precarizado afeta a saúde do assistente social no

seu exercício profissional? E como hipótese: a precarização<sup>1</sup> do trabalho provoca diversas consequências danosas á saúde dos profissionais.

A lente usada na pesquisa e na construção desse estudo é o método do materialismo histórico dialético. Uma vez que entendemos que o método marxiano parte da realidade concreta para analisar e interpretar as transformações societárias. Como destaca Gil (1987, p32) “[...] para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões.” Assim, o pesquisador tem que enfrentar os desafios de entender as múltiplas determinações sociais e ir além das aparências do real, possibilitando através da observação do fenômeno pesquisado reconstrução do mesmo porque na dialética tudo está em constantes transformações, sempre nasce algo e se desenvolve e se transforma (GIL, 1987).

O caminho metodológico envolvido refere-se à pesquisa de abordagem qualitativa, pois como afirma Minayo (2001) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p.22). Então o tema investigado traz elementos que se constituíram na vivencia dos/as trabalhadores, no subjetivismo dos profissionais e tentar quantificar poderia permitir analisar os elementos de forma diferente da questão investigativa.

Inicialmente o tema indagado transcorre pela revisão bibliográfica de autores que discutem a categoria trabalho e condições de trabalho precarizado, e em seguida referências de autores que já viessem discutido a saúde do trabalhador/a assistente social. Ressalta-se que não encontramos muitos estudos sobre o tema, salvo alguns assuntos abordados na investigação, isto é, determinado autor trazia a discussão como, por exemplo, a Síndrome de Burnout<sup>2</sup> nos assistentes sociais, assédio moral e assim sucessivamente.

Na possibilidade de deixar livre para que os sujeitos público-alvos expressassem no momento da coleta das informações, a entrevista semi-estruturada

---

<sup>1</sup> É importante citar que precarização é distinto de precariedade. Segundo DRUCK (2016) a precarização “é uma metamorfose da precariedade que, mesmo presente desde as origens do capitalismo, assume novos contornos, consequência dos processos históricos marcados por diferentes padrões de desenvolvimento e pelas lutas dos trabalhadores. Precariedade “é estrutural no capitalismo desde os seus primórdios, mas as suas formas sócio-históricas se alteram, se redefinem, se reconfiguram, indicando processos qualitativamente diferentes de precarização do trabalho”(p. 42).

<sup>2</sup> Segundo Inocente (2015) o termo *burnout*, é palavra inglesa, junção de “burn” e “out” que em português significa “queimar por fora”. O termo é uma metáfora para significar aquele ou aquilo que chegou ao limite, por falta de energia, por falta de condições de desempenho físico ou mental.

consistiu na principal técnica utilizada, com isso, possibilitou através das falas dos sujeitos indagarem sobre seu adoecimento nas condições precarizadas do trabalho.

Os participantes foram os assistentes sociais que estiveram em exercício profissional nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais em Cachoeira no período que foi realizado a pesquisa em campo. Esta cidade foi escolhida por já ter iniciado observações na época do estágio e por ser onde o curso de Serviço Social da UFRB está localizado, um recorte espacial deveria ser adotado e assim o fizemos. A seleção com base nesses critérios foi pensada, também, porque como a pesquisa empírica estava prevista para ser realizada logo no início do ano e com gestor municipal eleito tomado posse recentemente acarretaria em mudança de organização e no quadro profissional, uma vez que muitos profissionais em nível municipal não são servidores efetivos, logo quando uma gestão nova chega, especialmente se não comunga com a anterior, demite os funcionários e readmite outros. E em Cachoeira essas nuances são muito presentes.

Com início da nova gestão, em Cachoeira, alguns contra tempos foram gerados com a vida dos profissionais do serviço social, ou seja, houve demissão da maioria dos profissionais que laboravam com a antiga gestão municipal, acarretando prejuízos para a população<sup>3</sup> e para as profissionais.

Então, dos seis (6) profissionais que estão atualmente exercendo a profissão no município, foi possível realizar a entrevista com quatro (4) destes, entre os dias 3 a 10 de fevereiro de 2017. Ressalto a dificuldade em conseguir realizar a entrevista com 03 das entrevistadas e que, algumas destas não permitiram a gravação da entrevista. Todas as entrevistas foram agendadas previamente, com ofício da Universidade e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para que tivessem ciência dos objetivos da pesquisa e que seria resguardado o sigilo da identidade de cada entrevistada, bem como a importância da contribuição dos relatos para construir o estudo.

Os demais que optaram em não participar da pesquisa, justificaram que os dados coletados poderiam prejudicar o seu vínculo de trabalho. Mesmo sendo informado que é uma pesquisa de cunho científico, uma atividade acadêmica para conclusão do curso sendo pautado no TCLE – Termo de Consentimento Livre e

---

<sup>3</sup> Destaca-se que após a demissão dos profissionais e enquanto aguarda a contratação de novos o serviço fica sem atendimento do serviço social, prejudicando a população usuário dos serviços públicos municipais.

Esclarecido, seguindo os princípios éticos na pesquisa, assegurando e preservando a identidade do profissional e as instituições que fazem intervenções.

O roteiro de entrevista aos profissionais continha questões abertas para que os próprios pudessem fazer uma retrospectiva das experiências durante o processo de intervenção e refletir sobre o período que mais levou a adoecer com as condições de trabalho que estava posto, apresentando como a precarização do trabalho implicava na sua saúde e qual o sentido de permanecer na profissão.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, ou seja, visa uma maior aproximação e familiaridade com o tema, ainda pouco explorado pela academia. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso. Como qualquer pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica, pois mesmo que existam poucas referências sobre o assunto pesquisado, nenhuma pesquisa hoje começa totalmente do zero. Haverá sempre alguma obra, ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão (GIL, 2008).

O método de análise da entrevista foi tratado com análise de conteúdo, compreende-se que esse método configura-se como um conjunto de técnicas para analisar as comunicações que são procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever os conteúdos das mensagens; configura-se como instrumento metodológico que é possível se aplicar a discursos diferentes (BARDIN, 2006). Com isso, realizou-se a transcrição das entrevistas na íntegra, permitindo observar os relatos nas suas particularidades, embora possuíssem conteúdos semelhantes.

Durante a realização das entrevistas, buscou-se a liberdade de narrativas dos sujeitos, para que através das suas falas fossem desvelados aspectos que contribuíssem para responder a pergunta norteadora deste trabalho. Assim, com base em uma das falas é que o título da presente monografia foi aflorado, após uma das entrevistadas que mesmo com todas as condições adversas/precarizadas do seu trabalho, sente-se feliz e satisfeita com o que faz, “mesmo com dor, sofrimento, adoecimento na saúde” ela se sente “alegre em está exercendo a função de assistente social” e concluiu informando que ama o Serviço Social. Com isso, percebemos a mistura de dor e alegria na atuação do/a assistente social.



Na sociedade contemporânea capitalista todas as pessoas atuam de alguma maneira no processo de produção e reprodução do capital. A classe de trabalhadores que produz toda riqueza é heterogênea, flexível e complexa. A força do trabalho humana é o ponto central desse processo, viesada em crises cíclicas estruturadas que conduzem à maior exploração de mão-de-obra na tentativa de manter a garantia da produção e expansão do capitalismo (ANTUNES, 2011). A precarização do trabalho é um reflexo desse modo de produção e está intrínseca ao modo de organização da lógica capitalista e na contemporaneidade se evidencia com novos contornos que torna implícita a precarização com trabalho temporário, contratado, terceirizado. Enfim, enumerados conceitos que emergem de um novo padrão produtivo de reestruturação do sistema capitalista (DRUCK, 2011; 2016).

As consequências da precarização do trabalho estão cada vez mais com expressões marcantes na vida dos trabalhadores e assim configurando na sociedade um novo modo de ver a dinâmica da realidade. Vale ressaltar que, a definição de trabalho precarizado não se limita apenas ao espaço onde o profissional desempenha sua função, está para além disso, se enquadra em um conjunto de significados: quer como violação de direitos trabalhistas, quer como limitação para realizar sua função, baixos salários, assédio moral, ritmo intensivo de produção, adoecimento e extrapolação da carga horária (DRUCK, 2011, 2016; RAICHELIS, 2011).

A lógica capitalista no modo de exploração do trabalho conduz um adoecimento profissional, pois as condições que desempenham suas habilidades profissionais ocorrem, muitas das vezes, em modos que não garantem maior segurança, além disso, tem seu direito trabalhista violado. Ressalto que a saúde do trabalhador é como se fosse um motor que mantém a mão de obra apta ao trabalho e que provavelmente terá menos absenteísmo do profissional.

O/a assistente social, parte da classe trabalhadora, tem como objeto de trabalho as “expressões da questão social”<sup>4</sup>, atuando nas contradições das lutas/relações de classe, na sociedade burguesa, buscando a efetivação das políticas sociais, como forma de enfrentar as mazelas da expressão do capitalismo, não está isento(a) das mudanças estruturais ocorridas no mundo do trabalho,

---

<sup>4</sup>Segundo Iamamoto (2014, p. 27) define questão social como: “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém-se privada, monopolizada por uma parte dos seus frutos”

sofrendo as consequências dessa realidade, como o adoecimento (SILVA; RAICHELIS, 2015; IAMAMOTO, 2014).

Segundo a autora Vicente (2015) os/as assistentes sociais nesse cenário sofrem três rebatimentos no seu trabalho: primeiro como classe trabalhadora que sofre com as mazelas impostas pelo capitalismo; segundo como profissional executor de políticas sociais, quando há um enxugamento e corte de direitos, subtraindo as possibilidades de intervenção profissional e terceiro com o aumento da demanda de usuários nos serviços em função do acirramento das expressões da questão social. Assim, não é incomum os assistentes sociais sofrerem violências físicas, emocionais e de outras ordens no cotidiano de seu trabalho, acarretando o seu adoecimento, o que pode trazer muitas consequências ao seu futuro como profissional.

No que se refere ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado, de acordo com a autora lamamoto 2014, é afirmado por estar inserido no mercado de trabalho, ou seja, nos espaços sócio-ocupacionais, que tem relação na compra e venda da sua força de trabalho cujas ações por estarem submetidas ao seu empregador são limitadas, além disso, é um trabalho especializado, faz parte de uma profissão particular dentro da divisão social e técnica do trabalho. Portanto, como é proferido pela autora lamamoto (2014, p.63) “[...] a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente social na relação de compra e venda da sua força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira”. Portanto, alguns assistentes sociais têm seus direitos trabalhistas violentados, recebem remuneração baixa e são contratados pelas empresas empregadoras. Além disso, trabalham em mais de um emprego, têm férias vencidas, salários pagos atrasados, descumprimento da carga horária estabelecida em lei<sup>5</sup>, e quando é exercida a jornada de trabalho tem salário descontado.

Nessa perspectiva, torna imprescindível o primeiro capítulo desse estudo realizar uma breve discussão sobre a história do Serviço Social, da sua influência com a igreja católica até a materialização metodológica dos aportes teóricos que influenciou em refletir sobre sua atuação conservadora e romper com as práticas

---

<sup>5</sup> Refere-se à “Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.” (BRASIL, 2010, art. 5ªA. e Art. 2).

tradicionais. E também do processo sócio-histórico da profissão de Serviço Social na sociedade capitalista, tendo seu objeto de investigação “expressões da questão social” e passa ter seu maior empregador o Estado, intervindo no controle e execução das políticas sociais com objetivos de minimizar as manifestações da exploração do capital. Tendo sua atuação limitada, subordinada ao seu empregador, ou seja, atuando nas rédeas do capital, fazendo com que os interesses dos capitalistas sejam preservados.

No segundo capítulo é abordado a categoria trabalho, enquanto fundante do ser social e processo importante para acumulação do capital, em seguida desenvolveu-se o diálogo com as transformações no mundo do trabalho que na cena contemporânea é marcado pela profunda precarização estrutural do trabalho. Nesse contexto trazemos à tona as expressões e as consequências da precarização na vida da classe que vive do trabalho<sup>6</sup>.

No terceiro capítulo apresentamos os resultados da pesquisa sobre a invisibilidade do adoecimento e sofrimento dos assistentes sociais, evidenciando que as questões de saúde do assistente social se demonstram em termos de está incluído na categoria da classe que vive do trabalho, concomitantemente o profissional assistente social presente nos espaços socio-ocupacionais, é um profissional que também sofre com o adoecimento agravado e/ou prejudicado em condições precarizadas das próprias mazelas do sistema capitalista.

Por fim, nas considerações finais deixamos afirmações que adoecimento e sofrimento da categoria merece atenção para ser refletida, discutida no atual processo de trabalho capitalista porque embora esse profissional trabalha com as mazelas da sociedade capitalista e tem responsabilidade através dos instrumentos técnicos operativo de mudar a realidade de muitos trabalhadores – muitas destas em risco de vulnerabilidade social – por meio de elaboração de projetos sociais de intervenção, e com habilidade para desenvolver os projetos criado pelo Estado, pertence a classe explorada, a classe trabalhadora e sofre com as consequência da precarização.

---

<sup>6</sup>Utilizaremos nesse estudo a definição de classe-que-vive-do-trabalho por tratar-se de uma noção ampliada, que abarca a totalidade dos trabalhadores assalariados formais ou informais, incluindo o proletariado precarizado, os trabalhadores desempregados e todos aqueles que vendem sua força de trabalho (ANTUNES, 2011, p. 200 – 201).

## **CAPÍTULO 1: ASPECTO SÓCIO-HISTÓRICO DA PROFISSÃO**

### **1.1 A gênese e a consolidação da estrutura do serviço social no Brasil**

O surgimento do Serviço Social no Brasil tem sua origem a partir da década de 1920, com forte influência do fundamento religioso, fortemente apoiado pela Igreja Católica, e tendo como referência o Serviço Social europeu. Ressalta que de antemão não foi fundada nos elementos de coerção do Estado, mas segundo Martinelli (2009) foi um caminho que já mostrou desde o início uma aliança reveladora com a burguesia.

De acordo com Santos (2012), nesse período o Brasil estava vivendo os últimos anos da fase da Primeira República<sup>7</sup>, do ponto de vista econômico é um momento importante, pois é quando consolida o capitalismo no Brasil, e o regime de trabalho que começa estabelecer é o assalariado. É marcado pelo modelo econômico agroexportador da indústria, principalmente a cafeeira, além disso marcado também pela degradação da bolsa dos investimentos de capital financeiro internacional de Nova York, em 1920.

Então o Brasil vivia um período desencadeado pelo crescimento do capitalismo monopolista internacional, tal desenvolvimento desencadeava a expansão do proletariado e a necessidade de respostas das reivindicações trabalhistas, ou melhor, de controle da classe explorada. Dessa forma, Netto (2011a) expõe que a profissionalização do Serviço Social está relacionada na dinâmica do capitalismo monopolista e são indivorciáveis, pois a ordem monopólica cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.

A questão social passou a ser assumida pela Igreja Católica, e, a partir daí, com ritmos mais acelerado de desenvolvimento a partir do início dos 1930, o Serviço Social surgiu “[...] como um departamento especializado da Ação Social, embasado em doutrina social” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p.149). Nesse centro eram organizados cursos de qualificação para organizações leigas no catolicismo, adequando política e ideologicamente a classe operária. As práticas

---

<sup>7</sup>Segundo Santos (2012) a república velha tem início no Brasil pós-abolição do trabalho escravo, ou seja, tem início a partir de 1889 até 1930. Pós suceder a abolição, gradualmente foi instituído o trabalho assalariado como de regime de trabalho.

desses profissionais foram influenciados por exercícios de ações emergenciais e assistencialistas no âmbito da caridade e da filantropia, resultado da grande predominância dos valores e dogmas da Igreja Católica por atuar diretamente na formação deles.

O Serviço Social como profissão tem conexão com o desenvolvimento das relações capitalistas com um expressivo e uma intrigante reflexão sobre o aumento da própria mazela do capitalismo, a questão social. É quando os setores dominantes decidem intervir nas consequências das expressões da questão social por meio, principalmente, das políticas sociais. Assim, em poucas palavras, o Serviço Social surge na história como uma profissão interventiva, ou seja, visando mudar a realidade do cotidiano das populações atendidas. Nesse sentido, Yamamoto e Carvalho (2013) afirmam que o significado da profissão se situa na esfera das relações sociais, que participa da reprodução e contradição das relações sociais. Situada no movimento histórico, caracterizada como um trabalho coletivo especializado no interior da divisão sócio-técnica do trabalho, inerente ao sistema capitalista.

Por estar sempre pronto a atender as demandas postas e oferecer uma resposta urgente, respondendo de forma imediata as questões demandadas. Segundo Martinelli (2009, p. 127) o/a assistente social na sua prática vai dá introdução a um dos seus pilares fundantes, isto é, o imediatismo, “[...] da ação espontânea, alienada e alienante”. Propiciando serviços oferecidos tentando acobertar a dominação e a exploração burguesa. Com isso, produz e reproduz o ideal de dominação burguês com objetivo de maior ajustamento político e ideológico da classe trabalhadora ao que foram determinados.

Então, essa abordagem de respostas imediata as demandas tanto dos “usuários” como das instituições empregadoras formou um profissional apto a sempre responder logo as situações postas a ele, marcando o imediatismo sob o fetiche da prática, como diz Martinelli (2009, p. 127)

*[...] fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência, e uma prontidão para a ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão crítica (grifo do original).*

A identidade que se forjava no interior da profissão, surge de forma contraditória, pois o modo de pensar e o agir profissional, segundo o que aponta Martinelli (2009), coadunam com os interesses da classe dominante, ao invés da própria classe trabalhadora.

Reproduzindo a alienação política, social, econômica e cultural o Serviço Social assume a sua identidade, desenvolvendo uma trajetória “alienante e alienadora” (MARTINELLI, 2009, p. 128) distanciando-se das manifestações das relações sociais e respondendo as manifestações que correspondesse aos interesses hegemônicos da classe dominante. Assim, segundo Martinelli (2009, p. 128), deixaram de estabelecer a sua própria identidade, ação profissional e consciência coletiva em termos de projeto político:

A alienação presente na sociedade capitalista, tendo encontrado a base social necessária, penetrou na consciência dos agentes profissionais, constituindo sério obstáculo para que pudesse estruturar sua consciência política, sua consciência social.

A identidade atribuída ao serviço social pelo capitalismo ratificava a função econômica da prática social e sua orgânica articulação com a classe dominante. Se aliando com esta classe realizava diversas tarefas de, como discorre Martinelli (2009), conciliar o inconciliável, isto é, aprimorar a relação trabalho e capital, no intuito de amenizar as reivindicações coletivas. Desse modo, o Serviço Social engendrava sua prática sob a ótica da classe burguesa, respondendo às demandas por ela estabelecidas.

As expressões das desigualdades sociais próprias do sistema capitalista e as suas consequências produzem efeitos nas condições de trabalho e no cotidiano da população subalterna, com isso, mobilizações e organizações são necessárias para defender a sua dignidade de vida. Em relação a isso lamamoto (2007) profere que:

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a *questão social* para a esfera pública. Os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos ( P.160).

A partir desse processo a questão social é reconhecida como um “problema” de administração pública e o Estado sendo o principal agente para a

regulação da questão social nos mais diversos setores de vida da classe pauperizada, ele passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora através de legislações específicas, e gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO & CARVALHO, p.84, 2013). Estas constatações revelam que, as condições degradantes de vivência cotidiana dos trabalhadores e as mobilizações e organizações das categorias, o Estado já não podiam mais desconsiderá-las.

A exploração abusiva que o proletariado é submetido, segundo lamamoto & Carvalho (2013), entre a década de 1920 e 1930, ameaçando seu equilíbrio de vida, eclode uma luta na garantia de seus direitos objetivando condições de vida e de trabalho menos insuportáveis. As reivindicações terão como pautas centradas a defesa da redução na duração de jornada de trabalho; do salário; no direito a férias; seguro contra acidentes, e doenças; na proibição do trabalho infantil; regulamentação do trabalho de mulheres e menores.

Foi com estratégias de controlar os atos de reivindicações dos trabalhadores e buscar a “harmonia Social” que as classes dominantes trouxeram para si responsabilidades de vigiar a reprodução da força de trabalho. Agregando-se com a “[...] Igreja e com outros setores mais abastado da burguesia” para circunscrever e proliferar sua “[...] hegemonia do poder ao restrito âmbito da classe dominante”(MARTINELLI, 2009, p.122).

De acordo lamamoto & Carvalho (2013) as práticas assistencialistas nas empresas serão mais elaboradas com ênfase, no início do ano de 1920, nas grandes empresas. Criando “vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas etc”. Em contrapartida, esses equipamentos gratuitos ou a preços reduzidos tem como égide o rebaixamento salarial imutável e sujeitando os/as trabalhadores/as ter sua “vida cotidiana, política e reivindicatória controlada”. (p148). Além disso, para que os trabalhadores tivessem acesso aos benefícios deveriam se submeter às regras pré-definidas, inclusive abdicando de participar de movimentos reivindicatórios ou em casos de greves deflagradas terem comportamentos bons. Isto é visto como um mecanismo de obrigação que reflete as rédeas de dominação da classe dominante sobre a classe empregada e sua estratégia de aumentar a taxa de exploração.

Assim, a profissão foi sendo marcada pelo caráter apostolado com sua raiz nas abordagens das “questões sociais” como um problema moral e religiosa; intervirá com prioridade na formação/educação da família e do indivíduos para

solucionar os “problemas” que estavam acontecendo na sociedade, e resolver as necessidades materiais, sociais e morais com perspectiva de ajustar os “clientes” atendidos à sociedade, isto é, ajustar os indivíduos nos meios de relacionamento vigentes.

Ao mesmo tempo o Estado agirá com mecanismo para controlar qualquer manifestação da classe operaria de ameaçar ao sistema de reprodução capitalista. Assumindo nas “divergências de interesses da classe dominante e as reivindicações de setores populares” articulações com as classes sociais fontes que transforme as políticas sociais em um “poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p.161). Então, através da mistificação entre Igreja Católica e o Estado criou-se um suporte indispensável para a ordem do sistema dominante. Uma ilusão que segundo Martinelli (2009) necessária para manter a hegemonia<sup>8</sup> do capitalismo e garantia de manter a ordem social, como diz a autora:

O governo tratou de absorver a pressão da classe trabalhadora através de criação de organismos normatizadores e disciplinadores das relações de trabalho. As lutas dos trabalhadores por organismos políticos autônomos foram praticamente anuladas por um sindicalismo oficializado, que reduzia o sindicato a uma instância corporativa de poder, controlada pelo Estado, através do seu aparato repressor (p.125).

Na complexa trama de processos e reprodução das relações sociais de exploração, fundamentais para a sustentação do procedimento de acumulação de riqueza para o capital, o pauperismo desencadeado nas massas trabalhadoras evidencia um processo de contradição em relação à exploração do capital, o qual, para amenizar esses efeitos emergentes, expande mecanismos de controle e repressão. Com isso, o Estado passa a agir com estratégias criando instituições assistenciais que ofereça serviços aos proletariados, mas também tendo em vista conter as reivindicações para acatar aos atendimentos exigentes do capital.

Os serviços oferecidos aos trabalhadores são frutos das lutas conquistadas, expressa em reconhecer sua cidadania na sociedade capitalista, no entanto tais serviços “[...] *aparecem como sendo doado ou fornecido ao trabalhador*

---

<sup>8</sup> Hegemonia usada se refere aos valores e as formas de pensar que asseguram a reprodução do capitalismo, proliferando o pensamento dominante. Ver mais em: SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. R. Katál., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014.



*pele poder público*” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p. 99. Grifos do original). O Estado e a classe dominante se veem obrigados a “responderem” as manifestações da classe proletária, devolvendo o que esta produz, mas não apropria, “sob uma nova roupagem: a de serviços ou benefícios” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p.99). Utilizando-se de critérios burocráticos e controle na cessão dos benefícios. Desse modo, o Estado burguês tem sua funcionalidade essencial à preservar e controlar a força de trabalho, regulamentando a relação contraditória de capital e trabalho, desde que não afetem os interesses da classe dominante.

O processo de relação do Serviço Social e a reprodução da ideologia da classe dominante é um meio de abduzir os ideais burgueses em “adaptar” o proletariado ao círculo de controle da ordem vigente, garantindo, assim, sua hegemonia. Ante isso, os profissionais encontrarão terreno fértil apoiando em sua proliferação.

Então, a partir da década de 1930, ocorre o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, momento de expansão da industrialização no modelo capitalista, além do “crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais”, geridas pelo Estado com o objetivo de amenizar as expressões das sequelas do crescimento capitalista e com isso, “viabilizam a expansão do mercado de trabalho para trabalhadores especializados” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p. 89).

É instaurado o Serviço Social baseando-se nas modalidades de intervenção do Estado burguês<sup>9</sup> nas questões sociais, tipificadas nas políticas sociais, que é resultado das unidades de prestação de serviços sociais do Estado atuando nas sequelas de exploração do trabalho (NETTO, 2011a). Então, a profissão se consolida de modo integrado ao aparato estatal e empresas privadas, ficando o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Tal característica apresenta o Serviço Social como uma profissão que não tem sua prática independente, não exerce sua função autônoma, ficando subordinadas as instituições empregadoras.

---

<sup>9</sup>Estado burguês é denominado por Netto (2011a) fazendo referência no plano econômico é o papel de executor de “comitê executivo” da burguesia monopolista operando no sentido de propiciar as condições necessárias para a acumulação e valorização do capital. Sendo obrigado não só assegurar a continuidade da reprodução e manutenção da força de trabalho, mas também regular por meio de sistemas de segurança social a níveis determinados de consumo e disponibilidade.

Aprender a prática profissional é ter um horizonte que o exercício profissional tem sua condição peculiar na dinamicidade de uma determinada conjuntura histórica dentro da concretização das relações sociais vigentes. A/o assistente social tem sua atuação polarizada pelo interesses das classes. Os parâmetros das forças contraditórias não são excluídos do contexto profissional. Responde tanto a demanda dos capitalistas como a dos trabalhadores, fortalecendo o pólo de mediação entre o oposto. A ampliação das forças produtivas da ordem monopólica e as relações sociais produzidas nesse contexto determinam novas necessidades sociais e concomitantemente novos impasses, exigindo atendimento de profissionais qualificados. Nesse contexto, que o Serviço Social, enquanto profissão que ocupa um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, encontra respaldo para atuar na sociedade, desenvolvendo, a partir daí, sua prática profissional. E ao vincular-se e instar laços com a sociedade onde se insere, constituem relações próprias do seu processo de intervenção, específicas ao seu campo de atuação.

Iamamoto & Carvalho (2013) descrevem que as relações sociais são indissociáveis da produção e reprodução da riqueza social, esta dando forma os moldes sociais, representada pelo eixo burguês e proletariado, consideradas como classes sociais que tem interesses antagônicos. A expansão do capital resulta no desdobramento do pauperismo, de acumulação de riqueza e do interesses contraditórios que penetram nas relações de classes, resultando daí as manifestações sociais.

A sociedade capitalista, um artefato necessário para a expansão das forças produtivas do trabalho social, encontra-se em um processo contínuo de criação e de negação, dos mesmos reprodutores dos seus antagonismos. Este processo precariza a vida dos trabalhadores, expresso na exploração do sistema reprodutor de riquezas. Ao fazer parte do cotidiano dos trabalhadores entrava uma batalha na luta pela sobrevivência. Segundo Iamamoto & Carvalho (2013) falam que “[...] esta luta pela sobrevivência se expressa também em confronto com o capital, na busca de reduzir o processo de exploração, com vitórias parciais mais significativas” (, p.73).

A reprodução das relações sociais reproduz o domínio da classe predominante, tendo o Estado seu aliado para exercer seu poder na sociedade. Essa reprodução de dominação recria formas místicas para esconder a exploração.

Ela por sua vez naturaliza e destitui a desigualdade entre classes, apresentando a heterogeneidade como anormal que ocorre na sociedade. Por fim, essa reflexão remete a pensar o Serviço Social inserido e participando da reprodução das relações sociais antagônicas da sociedade capitalista. Tendo sua atuação determinada pela conjuntura social direcionando o seu fazer profissional.

## **1.2 Diretrizes das protoformas do Serviço Social no Brasil: do conservadorismo à intenção de ruptura**

Iamamoto & Carvalho (2013) enunciam que após a queda da República velha, onde o Estado colocava em perigo a relação com a Igreja Católica, esta conquistou campo no novo regime para intervir na vida social, tendo o papel de estabilizar o novo regime com mérito de manter o controle social e ideológico. A íntima relação com os setores dominantes fez que reconquiste seu privilégio na sociedade e legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do Estado.

A partir da década de 1930 o movimento católico é difundido e variado nos seus aparatos, sob fundamentos de instituições, visando manter a relação estável entre Igreja e Estado. As encíclicas sociais “*Rerum Novarum* e *Quadragesimoanno*” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p.168, grifos do original) orientarão na intelectualidade católica em formular propostas à responder os “problemas sociais”, com programas visando manter a ordem social vigente. Enquanto a ação social católica estando voltada a prestar assistência aos proletariados e as famílias subalternas, reconquistando-os para estabelecer o predomínio da ordem vigente.

Os laços entre Igreja e Estado ficaram mais apertados e evidentes, segundo Iamamoto & Carvalho (2013), após o Estado desencadear campanhas antipopulares e anticomunistas, respondendo as mobilizações populares. A ANL<sup>10</sup>, na tentativa de provocar as ações do Estado, sofreu repreensão sem precedente ao movimento popular e ao sindicalismo. Dessa forma, tornou necessário a burguesia de um projeto que fosse necessário para dominar e controlar o movimento das

---

<sup>10</sup>Aliança Nacional Libertadora, segundo Iamamoto & Carvalho, 2013, foi uma organização política de âmbito nacional das forças populares.

classes subalternas. Assim que Ação Católica desenvolve sua atividade de apostolado social com mais amplitude.

O Serviço Social surge, a partir dos anos 1930, como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica. Porém, o que pode ser considerado como *protoformas do Serviço Social*, como hoje é entendido, tem sua base nas obras e instituições que começam a 'brotar' após o fim da Primeira Guerra. Quando grandes grupos operários europeus reivindicam melhorias de vida e propõem soluções.

No Brasil, durante a efervescência do Pós Guerra surge às reivindicações das instituições assistenciais influenciadas pelo modelo europeu – passava a existir, por exemplo, Associação das Senhoras Brasileiras na cidade do Rio de Janeiro (em 1920) e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (em 1923). Realizando trabalhos com apoio de recursos do Estado, além de estarem envolvidas com a burguesia. Os autores Iamamoto & Carvalho (2013) apontam ainda que essas instituições visavam atenuar e atender as sequelas do capitalismo. E elas marcam a primeira fase do movimento de “reação católica”, da divulgação do *pensamento social* da igreja.

O primeiro Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) surgiu em São Paulo em 1932, cujo objetivo era formação técnica de manifestação original do Serviço Social brasileiro. O objetivo central do CEAS era de promover formação dos membros através dos estudos religiosos e fundamentar essa formação nos conhecimentos dos “problemas sociais”, tornando a atuação dos trabalhadores mais eficientes, orientada pela definição dos problemas a ser resolvido (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p.179). Assim, o CEAS teve como destino a reeducação do proletariado na sociedade, adaptando-os no atual regime considerado como natural, o capitalismo.

As tarefas educativas couberam às mulheres assumirem a intervenção, pois havia a consciência de que a mulher é feita para compreender e ajudar, então cabia a ela em preservar a ordem moral e social, e o dever de se tornar competentes para agir de acordo com as suas responsabilidades. As atividades realizadas pelo CEAS foram orientadas para a formação técnica especializada das moças católicas atuarem junto aos proletariados e espalhar as doutrinas da Igreja Católica. Daí que apareceu o Serviço Social de Caso<sup>11</sup> como o método que definia quais os trabalhos

---

<sup>11</sup> Vale ressaltar que o Serviço Social de Caso tinha forte influência da psicologia, utilizava-se da abordagem individual por meio de entrevistas como instrumento de identificação de situações-sociais

serão necessários para realizar os reajustes de cada indivíduos às condições consideradas como normais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013).

No decorrer do processo de formação técnica especializada, o Estado é quem mais o solicitará e é o mesmo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando progressivamente sua transformação em profissão legítima dentro da divisão social-técnica do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p.186). Com isso, em 1936 é fundada pelo CEAS, em São Paulo, a primeira escola de Serviço Social do Brasil, esta considerada não como fruto exclusivo do Movimento Católico, mas também plantada com representações de demandas a partir do Estado. O profissional qualificado não mais teve a necessidade de ser uma figura feminina cristã<sup>12</sup>. Aos poucos foi se transformando num componente de Força de Trabalho, tendo determinada qualificação, englobada na divisão social-técnica do trabalho.

Nos diversos Centros serviços foram ofertados visitas domiciliares e reuniões educativas. Os casos começaram a “tratamentos” que foram feito através de colocação em empregos, abrigo provisórios para quem precisasse de encaminhamentos, etc. A primeira atuação da prática dos/as primeiros/as Assistentes Sociais foi para organizar a *assistência*, a *educação popular* e a *pesquisa social* (*Ibidem, op.cit, p. 208*). As atividades foram, segundo os autores lamamoto e Carvalho (2013), de formação moral e doméstica, visitas familiares, distribuições de auxílios e encaminhamentos. Tendo as famílias operárias, principalmente mulheres e crianças, como seu público alvo de preferência.

Passa-se a caridade ter estruturas nos recursos que a ciência e técnica lhe ofereceram, o Serviço Social evoluiu dos antigos métodos, através do descobrimento e expansão dos métodos científicos, também pelo aprofundamento dos estudos sociológicos, e a complexidade da “questão social”. Quanto mais agravava a situação social, mais precisava que a ordem social fosse estabelecida,

---

problemas a fim de permitir o tratamento social. Existiam outras formas de abordagem como o grupal que usava a abordagem grupal das situações sociais problema para identificar seus aspectos significativos. E o Desenvolvimento de Comunidade visava o conhecimento das necessidades comunitárias e estabelecendo-se atividades conjuntas para o aproveitamento total e dinâmico dos recursos existentes. Ver mais: ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

<sup>12</sup> Ressalta-se que nesse caso, o curso surge na PUC em São Paulo (Pontifícia Universidade Católica) que é uma instituição com raízes católica, atrelado a uma estrutura de ensino confessional, ou seja, religiosa – católica.

baseando-se na justiça e caridade. Em contrapartida o Serviço Social não revolucionou na sua visão de ver os “problemas sociais” como algo “patológico” ou “anormal”. Houve aperfeiçoamento de suavizar a miséria e a doença transformando em concepção de caridade (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013).

A mudança nos métodos de assistência procurava adaptar os indivíduos ao meio e vice-versa, pesquisando os males sociais, isto é, os desajustados da sociedade, com ação sobre eles na concepção científica. Com finalidades de além de remediar, de curar e prevenir o reaparecimento. Os desajustados são os responsáveis pela situação em que vive e culpado pela “anormalidade” e “patologia” sociais. Pelos fatos de terem seu “baixo nível cultural e moral”, além de possuir poucos recursos econômicos e por estas razões são incapaz de ter uma vida “normal”. Com isso, o papel do Serviço Social era de “[...] remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades” (Ver IAMAMOTO & CARVALHO, 2013, p. 214) com caráter educativo das situações sociais vigentes.

Iamamoto & Carvalho (2013) ponderam que as soluções propostas para melhorar as situações dos operários apresentavam um discurso conservador, com proposta de reeducação, dando formação social, já que a precariedade do trabalho e a falta de qualificação profissional impossibilitavam em obter uma vida mais justa. Pode-se concluir, a partir daí, a exploração capitalista transformando como um problema de ordem, educacional moral ou assistencial.

Os autores citados anteriormente abordam que, no decorrer da trajetória dos encontros e de congressos realizados pelas escolas de Serviço Social os assistentes sociais se preocuparam com a formação da profissão. Assim critérios bem definidos foram exigidos para entrar nas instituições de ensino. A formação dos assistentes sociais se dividiu em quatro aspectos: científica, técnica, moral e doutrinária. Formando-os para ser capazes de enfrentar a realidade social, agindo com neutralidade nas situações das classes baixas, ou seja, em todas as sequelas de relação de produção capitalista. Os autores europeus e norte-americanos foram bibliografia para complementar o ensino, além dos instrumentos do apostolado. Cabe ainda mencionar que nesse processo de preocupação profissional, emerge uma linha de percepção e apreensão da realidade, passando a perceber que os “problemas” sociais não são inerentes das classes subalternas, mas causado pela correlação de forças, orientada por interesses dominantes.

Iamamoto (2008) ressalta que o pensamento conservador encontra-se arraigado no discurso e na prática profissional, tornando-se parte da configuração profissional. Entre as práticas conservadoras estão a formação social, moral e intelectual da família com trabalhos de reeducar a família do proletariado, reintegrando-os ao meio em que vivem, buscando submergir elementos que sejam desviantes dos padrões sociais.

Na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, no final da década de 1950, que emerge no meio profissional questionamento sobre a prática institucional em pleno colapso do quadro populista e na correlação de força do golpe de 1964, é nessa mesma conjuntura política que começa a se ampliar e a se modernizar o Serviço Social brasileiro. A mudança de o perfil profissional estar sujeito as demandas novas do mercado de trabalho postas pela autocracia burguesa. Segundo Netto (2011b) essa mudança implicava em mecanismos que aprimorasse a formação dos/as assistentes sociais. No entanto, os cursos de Serviço Social oferecidos pelo ensino superior<sup>13</sup> sofreram impactos por ficar retidos pelas exigências do ensino no regime ditatorial e também pela própria inexperiência do curso nas instituições de ensino. Isso levou a tona significativos discursos de intelectuais da área, criticando as sequelas educacionais, postas pela conjuntura política ditatorial da época.

Nesse contexto, a laicização é um elemento de processo de renovação do Serviço Social, sob a autocracia burguesa. O quadro político da autoridade vigente cria espaços onde inscreve possibilidade para desenvolver alternativas “[...] às práticas e as concepções profissionais que ela demandava” (NETTO, 2011b, p. 129). Com isso, a renovação do Serviço Social é entendida como articulação com variados conjuntos com características novas de pensamento social contemporâneo, o que provoca pluralismo profissional distinto fundamentado na legitimação da prática e teoria, além das matrizes teóricas que elas estão ligadas.

Nessa conjuntura aconteceu o Movimento de Reconceituação em toda América Latina, representado pelo esforço de metamorfose profissional, questionando as ações profissionais, indagando sobre as metodologias profissionais usada nas demandas da realidade regional e nacional. O Movimento de

---

<sup>13</sup> “Em pouco mais de uma dezena de anos, o sistema de ensino superior (público e privado) passou a oferecer, em todo país, cursos de Serviço Social numa escala impensável uma década antes” (NETTO, 2011b, p.135-136).

Reconceituação constitui no interior da profissão almejando propostas de ação profissional que condissessem com as especificidades da “questão Social” no contexto latino-americano, ao mesmo tempo é configurado um processo de questionamento e reflexão crítica da profissão (Silva e Silva, 2011, p. 100).

No Brasil o Movimento de Reconceituação é caracterizado por Netto (2011b) em uma abordagem processual denominada por ele próprio como processo de renovação do Serviço Social. Este processo de renovação do Serviço Social é resumido pelo autor em quatro aspectos:

- a) instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a crescente diferenciação das concepções profissionais [...], derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa ( p.135-136).

Portanto, a renovação do Serviço Social, segundo o autor, processada na égide da autocracia burguesa, embora tenha rompido as formas “tradicional” da profissão, preservou algumas expressões do seu núcleo, isto é, rompe com a visão tradicional ideológica do apostolado, mas preserva ainda traços da sua gênese em suas intervenções. Portanto, a renovação não é uma ruptura integral do conservadorismo. Para Netto (2011b) o processo de construção de renovação profissional configurou-se em três direções: perspectiva modernizadora (conservadora); atualização do conservadorismo (perspectiva fenomenológica) e intenção de ruptura (perspectiva marxista) (Silva e Silva, 2011, p101).

A Perspectiva Modernizadora tem seu grande momento nos documentos produzido no “Seminário de Teorização do Serviço Social” ocorrido em Araxá (MG), 1967 e em Teresópolis (RJ), 1970. Netto (2011b) destaca que esta perspectiva tem esforço de querer adaptar o Serviço Social como um instrumento de intervenção colocado no arsenal de técnicas sociais, operacionalizando as estratégias de ampliação capitalista, às reivindicações postas pelos processos sócio-políticos



emergentes no pós-64. Nessa direção, os assistentes sociais pretenderam mudar sua posição nas práticas da profissão, integrando-se no processo ideológico desenvolvimentista.

Essa perspectiva é caracterizada pela fundamentação de legitimação profissional e os procedimentos profissionais, avançando nos métodos americanos que por anos foi reproduzido em resposta às demandas locais. Netto (2011b) afirma ainda que ela foi a expressão da renovação da profissão adequada para o período da autocracia burguesa pois visava atender as demandas postas na sociedade brasileiras no sentido de cunhar condições que consolidasse no capitalismo monopolista do país.

Netto (2011b) discute que o documento de Araxá transmite reflexão que leva a pensar a prática profissional junto com as famílias e indivíduos considerados desajustados que decorrem muitas vezes de estruturas sociais inadequadas. Verificando que essas ações têm dimensões de prevenir, corrigir e promover no sentido de capacitar.

A intenção do documento a todo o momento deduz a tradução do “rompimento” do tradicionalismo, várias falas de sujeitos arrancam essa tensão entre tradicional e o moderno. O modernizar vai estar incluído num processo de desenvolvimento global que impõe ao Serviço Social novos papéis na profissão, principalmente em países e/ou regiões em subdesenvolvido. Além disso, elaboraram novos métodos e processos de atuação, que rompeu o processo de Caso, Comunidade e de Grupo.

Então, é dessa “perspectiva da globalidade”<sup>14</sup> que, em Araxá fluiu cogitações que conduziram à adequação da metodologia às funções do Serviço Social. Atribuindo à profissão as funções efetivadas em dois níveis: o micro e o da macro atuação. No micro, a operacionalização é pautando em prestar e administrar serviços diretos; o e no macro compreende as funções do Serviço Social ao nível de política e planejamento para o desenvolvimento. Isto mostra algo significativo para os Assistentes Sociais, pois não mais vão permanecer como meros executores das políticas sociais, e sim como capazes de formulá-las e geri-las. Conforme Netto (2011b):

---

<sup>14</sup> Termo usado por Netto (2011b).

O alcance da demanda fica patente quando o documento registra que ao nível de macroatuação, o 'modos operandi' do Serviço social consiste em: a) participar de todas as fases de programação para o macroplano; b) formular a metodologia e estratégia de ação para elaborar e implementar a política social; c) planejar e implementar a infra-estrutura social (p.172).

Os documentos resultantes dos seminários de Teresópolis e Araxá têm uma gama de características diversas produzidos por seus formuladores. Netto (2011b) cita Dantas como um contribuinte acerca da concepção teórica da profissão em proporcionar uma metodologia do Serviço Social destinada para que a prática profissional do Serviço Social se desenvolvesse e adquirisse um nível mínimo de cientificidade. Abordando a defesa que o método profissional seja um método científico aplicado. O pensamento de Dantas segundo o autor é o que mais forneceu as respostas das demandas na época de maneira mais adequada, e mostrava um amadurecimento de renovação nas práticas profissionais.

Depois de Araxá e Teresópolis, vieram na sua esteira os colóquios realizados nos centros de estudos do Sumaré (da arquidiocese carioca), em 1978 e o Alto da Boa Vista (no colégio coração de Jesus), em 1984. É o momento novamente em que os profissionais vão refletir nas expressões e representações da profissão em quanto seu espaço e hegemonia em um novo contexto social brasileiro. Dois elementos devem ser contemplados no debate, segundo Netto (2011b):

O primeiro diz respeito ao que se pode aludir como a expectativa das vanguardas profissionais [...] que tendia a tornar cétricas aquelas vanguardas em relação a promoções inscritas num veio que justamente estavam colocando em causa [...]. O segundo elemento refere-se às dimensões e direções propriamente ideopolíticas a que se viam remetidos quer aquela entidade quer suas iniciativas anteriores [...], que experimentavam uma nítida politização na fase em que a resistência democrática á ditadura empolgava setores sociais cada vez mais amplos (p. 195).

Porém o seminário houve discrepância e pobreza teórica das referências produzidas nos documentos dos seminários ocorrido em Sumaré e o Alto da Boa. E com isso, "o deslocamento da perspectiva de modernizadora", nomeado assim pelo autor já citado, não empolgou os setores de ponta do Serviço Social para efervescer os debates pois o seminário não enfrentou a relação do Serviço Social com a vertente do pensamento fenomenológico, cientificidade e a dialética.

A segunda direção do processo de renovação, a Reatualização do Conservadorismo, reivindicou suporte metodológico da profissão. Porém tratava de discursos que recuperavam os componentes da herança conservadora da profissão, sob um novo ângulo, recusando à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. E vinculando-se aos aparatos teóricos da fenomenologia, que é a compreensão do que é visto de imediato. Visto a isso, pode concluir que esta vertente traz um rol de elementos conservadores do Serviço Social em “uma nova roupagem”<sup>15</sup>. Netto (2011b) coloca que ela é caracterizada na tentativa de produzir conhecimentos para à prática profissional. Na defesa do empirismo e do praticalismo.

A Intenção de Ruptura se configura como a terceira vertente apresentada pelo autor no processo de renovação da profissão. Criticou o tradicionalismo agregados nos suportes teóricos e metodológicos, objetivava romper com a herança do pensamento conservador e do reformismo. E daí responder as demandas que tem consequência do desenvolvimento burguês no Brasil. Então, a medida em que a sociedade desenvolvia, novos métodos são necessários para acompanhar as reivindicações da classe trabalhadora e assim amenizar as expressões da questão social.

Netto (2011b) conceitua como um fato central da perspectiva em sua formulação é que possui um caráter ineliminável oposta a face da autocracia burguesa. Com isso, esta vertente tem um direcionamento diferenciado das demais por possuir produção intelectual para questionar o regime vigente e a realidade das classes sociais subalternas brasileiras, de acordo com Netto (2011b, p.257)

As bases sociopolítica da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas [...] as tendência sociopolítica que mais imediatamente suportaram a perspectiva de intenção de ruptura: mobilização antiditatorial [...] ou seja: esta perspectiva expressa geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democratas da sociedade brasileira [...] mediamente, o processo de afirmação protagônica da classe operaria e seus aliados; imediatamente, as lutas pela recuperação deste processo já sob a ditadura.

Outra característica da *intenção de ruptura*, para renovação do Serviço Social, é a decisão de assistentes sociais no âmbito universitário intervindo no

---

<sup>15</sup> Expressão usada por NETTO, 2011b, p. 203.

processo de formação profissional. Nesses espaços é possível os assistentes sociais interagir intelectualmente, dedicando-se pesquisassem as demandas da prática profissional; designando em uma nova visão a verificar e a apurar os procedimentos propostos. Essa consequência significa que os profissionais estiveram empenhados em renovar a profissão e de fato romper o conservadorismo.

A perspectiva da intenção de ruptura tem seu processo definida por Netto (2011b) organizada em três momentos: o da emergência, o da sua consolidação acadêmica e o seu espraiamento sobre a categoria profissional.

A emergência é nos espaços universitários – principalmente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais – que os jovens profissionais delinearam as primeiras formulações da intenção de ruptura elaborando uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo, propôs possibilidade de romper no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação com o tradicionalismo. Só que, seus principais formuladores e gestores são demitidos, com isso, é instaurado barreiras institucionais que levam a interrupção do processo continuar.

O segundo momento é a produção teórica sobre a *intenção de ruptura*, quando um grupo de jovens formados define a partir das referências sociopolítica e ideocultural uma renovação do Serviço Social e operacionalizava mecanismos institucionais para viabilizar. Nos espaços acadêmicos os jovens profissionais criaram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo e propôs uma emergência da intenção de ruptura com o tradicionalismo no plano de formação, no plano teórico-metodológico e no plano da concepção e intervenção profissionais.

É a partir das produções dos assistentes sociais, acumulando conhecimentos sobre projetos de rompimento do conservadorismo na prática profissional, e o projeto de ruptura se consolida na academia é que ocorre o terceiro momento, que espraiar para o conjunto da categoria profissional.

Outro elemento de destaque para a vertente é a aproximação da tradição marxista nas instituições de ensino, chamada de início de “marxismo acadêmico”. Netto (2011b) expõe claramente que o eixo teórico-metodológico é o percurso que destaca a vertente visando renovação da profissão. Como o próprio diz:

O movimento aludido pode ser agarrado de forma expressiva no eixo teórico-metodológico que, a par de singularizar esta perspectiva no campo de renovação do Serviço social no Brasil, acompanha todo o seu desenvolvimento. *Trata-se da referência à tradição marxista –*

que, com a produção dos representantes desta perspectiva, pela primeira vez inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa (grifo do original, p. 268).

Maranhão (2016) expõe que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista até o início da década de 1980, apesar de oferecer contribuições para o debate político da profissão, foi inexpressiva no campo teórico-metodológico. Pois ao invés de mudar a realidade de cada particularidade profissional, a teoria marxista foi engessada como que não oferecia instrumentos que levasse os profissionais a desvendar as particularidades das mediações nos espaços de intervenção. Segundo ainda o autor foi por isso, que muitas das vezes, ainda hoje, os conceitos marxistas parecem a alguns profissionais uma teoria inadequada para debater as demandas cotidianas dos espaços sócio-ocupacionais.

A partir da década de 1990, Maranhão (2016) profere que o arsenal teórico-metodológico da tradição marxista no Serviço social teve um ambiente mais favorável por ter começado a ser hegemônico nos espaços acadêmico visando superar tanto o conservadorismo como as apreensões das teorias marxistas deixarem de serem exceções. Os estudos elaborados nesse período começam a estabelecer uma relação entre o pensamento de Marx e o capitalismo, bem como pensar o lugar do Serviço Social. Com isso, ampliou os estudos sobre a reprodução social, a ética, as pesquisas com a abordagem do método dialético.

Portanto, as influências do marxismo possibilitaram maturação e direcionamento para a prática profissional e assim pensar a sociedade e todos os seus organismos como um conjunto de relações sociais, participando do processo de produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, a renovação crítico-analítica foi viável por causa do desenvolvimento teórico-metodológico da perspectiva da intenção de ruptura que proporcionaram novos aportes no nível prático-operativo da profissão, como as novas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública (Netto, 2011b, p. 303).

Em contrapartida, segundo Netto (2011b) a perspectiva da intenção de ruptura, que chamou atenção das conotações do exercício profissional para atender as situações do mundo moderno e as relações do desenvolvimento capitalista, entendendo a movimentação entre classes/sociedade civil/Estado, reconhecendo projetos societários diferenciados das classes, a dos serviços prestados

mercantilizados e a laicização profissional. Houve ruptura com as influências teóricas, mas há dificuldade de superação das tensões históricas da profissão que a persegue quando almeja ter sua estrutura como campo do saber científico ou ter sua base difundida na legitimidade científica, então, resgatando as práticas conservadoras.

É imprescindível Yamamoto (2008) quando afirma que a ruptura com a herança conservadora é expressa na *procura, na luta* para impetrar bases novas que venha legitimar o profissional Assistente social. Procurando servir os antagonismos de classes, *reconhecendo seu exercício profissional* nas contradições presentes da sociedade. E daí percebe-se que o movimento não se limita as reivindicações internas da profissão, mas em contexto geral da sociedade, apontado pelos conflitos e a correlação de forças entre as classes da sociedade. E estas são as responsabilidades da profissão e também a forma de *conduzi-las*.

### **1.3 Serviço Social e o mundo do trabalho**

O movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, como foi colocado, buscou romper com o conservadorismo profissional, e para alcançar essa mudança foi utilizado das influências da teoria marxista. A proposta geral da reconceitualização foi construir uma prática e uma atuação no serviço social condizentes com a realidade social do país (desfazendo assim com a forma de pensar herdadas da Europa e dos Estados Unidos), construindo novos métodos a partir das demandas populares, elaborando, executando e avaliando políticas, projetos entre tantas outras atribuições e competências do/a assistente social junto com a sociedade civil.

Em contrapartida, a atual conjuntura social, tem revelado fortes reflexos da expansão do conservadorismo diante do posicionamento da atuação pública frente às lutas da classe que vive do trabalho almejando seus direitos humanos garantidos. E o Serviço Social não está fora desse âmbito, pois embora seja regulamentado como uma profissão liberal seu exercício profissional é subordinado à instituição empregadora.

O conservadorismo moderno <sup>16</sup> – assim denominado por lamamoto (2008) – é o amadurecimento da hegemonia capitalista que naturaliza o modo de vida sob a exploração para acumular riqueza e oprimir a classe que vive do trabalho. Essas manifestações da dinâmica sócio-histórica exigem do profissional de Serviço Social novas expressões e mediações advinda da transformação do tradicionalismo em enfrentar as mazelas inerentes do capitalismo no Estado neoliberal<sup>17</sup>.

Conforme lamamoto (2008) o conservadorismo são conjuntos de ideias com herança no passado que é reinterpretada em um novo contexto social e se torna válida para organizar a sociedade atual e preservar a dominação da hegemonia capitalista. Ainda segundo a autora, o modo de vida do passado é a fonte que inspira o pensamento conservador, resgatando e propondo como um novo estilo e modo de interpretar o presente e como um programa viável para a sociedade capitalista.

Com o aprofundamento das medidas neoliberais alguns procedimentos são postos para minimizar os efeitos da sua hegemonia e são objetivados por meio do Estado através das políticas sociais colocadas como um aperitivo para compensar suas consequências e estabelecer sua hegemonia com as cordas rédeas nos conflitos sociais. Sob essa condição, ao mesmo tempo que, o Estado buscou controlar a classe trabalhadora, tornou representativo e legitimado de toda a sociedade. Assim, o Estado por meio do discurso ético-moral almejando uma sociedade onde as relações sociais tenham um espaço *humanitário* esconde as suas funções burocráticas e coercitivas. Subordina, aliena os indivíduos culpabilizando os sujeitos pelas questões que causam a desordem e as mazelas sociais (BARROCO, 2008, p.86).

A partir disso, as “expressões da questão social” passaram a ser moralizadas, segundo Barroco (2008) é um discurso político-ideológica proposto com fundamentação na educação da moral objetivando preservar a ordem social e mantê-la inquestionável. Além disso, combater qualquer tipo de movimentos de classes sociais que possibilitem ruptura com o sistema vigente. Pois os movimentos

---

<sup>16</sup> O autor José Paulo Netto denomina de *renovação conservadora*.

<sup>17</sup> Segundo Behring e Boschetti (2011), utilizando das referências de Navarro e de Anderson, aborda que o Estado no neoliberalismo não deve intervir na regulação do mercado, pois o movimento livre de capitais terá maior eficiência na redistribuição dos recursos, além disso, estabilizar o valor monetário “[...] como meta para assegurar a contenção os gastos sociais” e a manutenção de uma taxa de desemprego, “[...] associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos (p.126).”

que reivindicam melhorias na qualidade de vida são vistos como de cunho socialistas e colocam a hegemonia dominante sob o risco de ser derrotado. A vista disso, é necessário fazer a retomada do conservadorismo cujos objetivos é não derrubar as forças da ordem burguesa e sim reatualizar os valores e modos de vida tradicionais em favor de manter a ordem social necessária para o “bem de todos”. Torna, então, um elemento imprescindível para reprodução da ordem da capitalista.

O conservadorismo sempre esteve presente no Serviço Social tanto na formação como no trabalho profissional – na esfera da atuação/intervenção. O Serviço Social se engendra como profissão para responder as questões do Estado e assim minimizar os efeitos das sequelas do capitalismo como já foi falado anteriormente. Oferecendo serviços para assegurar a reprodução social da classe trabalhadora e a manutenção da ordem vigente (BOSCHETTI, 2015). As constantes transformações no mundo do trabalho e os rearranjos conservadores da ofensiva neoliberal são visíveis com o aprofundamento das desigualdades sociais e, cada vez mais, com a precarização do trabalho. Com a lógica das propostas neoliberais os remédios para os efeitos das expressões das questões sociais são repercutidos no campo das políticas sociais, estas com características focalizadas, descentralizadas e seletivas (BOSCHETTI, 2015).

Iamamoto (2014) coloca que os assistentes sociais encontram-se em contato direto no seu cotidiano com as diversas manifestações da “questão social” refletidas nos sujeitos envolvidos, sejam as questões referentes à saúde, violência, direitos violentados e as várias outras formas da realidade social. E ele atua nessas diversas configurações de confronto com as sequelas do capitalismo desigual. No entanto, sua atuação exige conhecimento, sob base teórica, da realidade em que encontra os sujeitos envolvidos e também habilidade nos instrumentos-técnicos operativos da profissão. Verifica no trabalho cotidiano do/a assistente social que, nas palavras de Iamamoto (2014), o trabalho profissional tome, com urgência, um banho de realidade brasileira, munidos de dados, conhecimentos e referência que identifique as expressões particulares dos processos sociais que reproduzem da questão social.

Para o seu exercício na atualidade inserido no mercado enquanto especialização do trabalho *três dimensões* devem ser do domínio do/a assistente social: dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. A primeira se refere ao posicionamento do profissional frente às contradições do capitalismo; a



segunda, a necessidade de conhecer a teoria permitindo enxergar a dinâmica da sociedade para além do que é visto de imediato; e a última é o conhecimento das técnicas que permitam desenvolver ações atuando junto com a população usuária e as instituições empregadoras (IAMAMOTO, 2014).

Nesse contexto, o Projeto Ético Político<sup>18</sup> da profissão define a posição do/a assistente social no exercício profissional, rompendo com a prática conservadora, tendo na sua estrutura o compromisso com a classe que vive do trabalho. Esse projeto busca articulação com uma sociedade mais justa e democrática. Expressando a luta contra a cultura hegemônica capitalista. Segundo Netto (1999) o projeto profissional

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (p. 15 – 16).

Em vista disto, o projeto profissional tem raízes efetiva na vida social atrelado a um projeto societário, sendo contraditório das classes proprietárias e exploradoras. No entanto, por ser vinculada ao antagonismo da hegemonia burguesa, Netto (1999, p 19) expõe que a sua real implantação é ameaçada pela “*cruzada antidemocrática do grande capital*”, que na visão neoliberal a defesa do projeto ético-político do Serviço Social é um retardamento de andar na contra mão da história. Com isso, o desafio do projeto ético político é enfrentar os alicerces do neoliberalismo para materializar o arcabouço do projeto na probabilidade de enfrentar as questões sociais e não reproduzir as práticas conservadoras. E assim ter uma atuação profissional de fato coerente com o projeto ético-político hegemônico.

---

<sup>18</sup> Segundo o autor Netto (1999) e os autores Teixeira e Braz (2009) o projeto profissional foi construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de democratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro. Esse projeto avançou e consolidou-se na década de 1990 e está, segundo Teixeira e Braz (2009, p.13), em “construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre”.

A categoria Trabalho para os marxistas representa a atividade social humana e é o elemento indispensável para a sua própria existência (produção e reprodução social) e ao mesmo tempo tem conexões diretas de ser um fator onde os humanos suprem as suas necessidades vitais e não-vitais. Além disso, a função trabalho relaciona o homem à natureza, transformando a matéria da natureza em riquezas e concomitantemente transformando a si mesmo, portanto, o trabalho tem também uma acepção própria do ser humano, logo, é algo constitutivo do ser social ontológico<sup>19</sup>. Como diz Antunes (2011):

Trabalho tem um significado essencial no universo da sociedade humana. Não é outro sentido dado por Lukacs (1981:14) ‘somente o trabalho tem sua essência ontológica um declarado caráter intermediário: é em sua essência uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, seja inorgânica [...] ou orgânica, inter-relação que [...] antes de tudo distingue a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológica àquele tornando social’ (p. 86).

Segundo Santos (2010) a prática do homem se insere numa práxis, ou seja, o conjunto das objetivações humanas. A práxis humana ocorre por meio de uma finalidade mesmo que não tenha consciência. Ao agir põe uma finalidade, ou seja, um pôr teleológico, que é um projeto que guia e orienta essa teleologia. E a práxis segundo a autora supõe o trabalho, e o trabalho fundamenta a práxis, mas não a esgota. Conquanto, a reprodução da sociedade é garantido pelo trabalho.

Essas prerrogativas geram objetivações, pois as ações humanas são ativas e expressam o caráter prático e social do homem. As objetivações envolvem de um lado a prática que é a relação humana “com a natureza” e do outro lado a teoria quando essa “relação é teleológica”. “Dessa forma, o trabalho é considerado a forma primária e central de objetivações humana” (SANTOS, 2010, p. 40). Por isso que o trabalho é uma atividade com causalidade existente no intercâmbio das relações sociais reais e com uma finalidade idealizada. Isto é, tem uma posição teleológica configurada nas experiências do cotidiano, tornando inerente aos seres humanos (elemento distintivo). Por meio do trabalho que o ser humano se realiza e transforma o meio. É o fundante do ser social. Através dele o homem evolui, adquire

---

<sup>19</sup>Georg Lukacs (1978) ao discutir sobre a ontologia da atividade humana afirma que o trabalho é o que institui o ser social, é o que atribui consciência ao ser social. E é através do trabalho que o animal se torna homem. Além disso, tem capacidade de questionar o carecimento que o provoca, resultando em uma atividade labor que tem como resposta o resultado da sua finalidade, isto é, tem um posicionamento teleológico.

novas capacidades, habilidade e se modifica ao transformar a natureza. Diz Marx (2006, p.65):

O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas de matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. [...] o trabalho é o pai, mas a mãe e a terra.

Na visão de Lessa e Tonet (2011) o que caracteriza a sociedade capitalista é a redução da força de trabalho a mera mercadoria, desprezando as necessidades humanas, ou melhor, a essência humana, porque o que importa ao capital é o lucro e a mercadoria. O modo de produção capitalista tem sua essência em uma nova forma de exploração do homem pelo homem – o dominado e o dominador –. A classe dominante compra apenas a força de trabalho, explorando força de produção da classe dominada. A dita sociedade se converte, segundo os autores, em mercado e tudo nela é mercadoria, com o amadurecimento dos modos de produção capitalista a relação social se transforma em um relacionamento padrão de todos os homens em si.

Segundo Marx (2010) tem que ter um valor-de-uso<sup>20</sup> empregado em coisas para satisfazer as necessidades humanas, e nunca deixará de existir, pois é vital para atender as necessidades sociais. “O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo, especificado” (idem, op.cit, p. 211). Dessa forma, segundo Iamamoto & Carvalho (2013) proferem que o valor de uso é a materialização da mercadoria, realizado através no consumo dos objetos úteis. As mercadorias, segundo os autores são produtos de trabalho que atendem as necessidades sociais.

O processo de trabalho é dirigido com a finalidade de criar valores-de-uso e esse processo é inerente dos próprios seres humanos de apropriar da natureza; tornando uma condição natural e necessária na relação entre o homem e a natureza no processo vital para a humanidade, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2010).

---

<sup>20</sup> Não é objetivo dessa pesquisa trazer conceitos detalhados sobre os dois fatores da mercadoria, mas apenas para conceituar o termo mencionando: Marx (2010, p.58) expõe que a “a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso”. Já o valor-de-troca “revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferente, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço (p. 58).

Assim, o trabalho é um processo que os humanos participam, defronta a natureza com as suas forças, processo em que a sua ação impulsiona, regula e controla sua relação com a natureza. Com a finalidade de a vida humana ter uma utilidade apropriando-se dos recursos da natureza.

Então, os capitalistas experientes e com a sua esperteza submetem aos trabalhadores ao consumirem os meios de produção com o que os mesmos produzem. Além disso, empenham em manter os trabalhadores sob seu controle, mantendo que as produções sejam realizadas de forma apropriada, isto é, os produtos pertencendo aos capitalistas e não ao trabalhador que é o produtor. Como diz Marx (2010) “[...] o capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto” (p. 219). Portanto, o valor pago é o preço da força de trabalho sendo visto como uma mercadoria qualquer pois sua força de trabalho para aqueles tem valor-de-uso.

Carvalho & Iamamoto (2013) observam que os meios de subsistência o homem precisa produzir e com isso precisa dos meios necessários para a sua produção. Enquanto não tem os meios de produção, está também desprovido dos meios de subsistência. Então, não resta alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor expresso no salário pela necessidade da sua subsistência e da sua família. Conforme os autores a existência da força de trabalho como mercadoria é condição histórica para surgimento do capital e o desígnio do dinheiro como acumulação do capital.

Nessa perspectiva cabe trazer para o debate o Serviço Social como trabalho. Iamamoto (2014) fala que todo processo de trabalho exige matéria-prima ou objeto que advém da força do sujeito, então, o próprio trabalho requer instrumentos para ser efetivado. A prática do/a assistente social como trabalho, segundo a autora deve-se considerar primeiramente as questões sociais como base sócio-histórica do Serviço Social e como seu objeto de trabalho. É um profissional que atua na construção de respostas à questão social, é atribuído a ele visibilidade em ler a sociedade no seu âmbito de exercício sendo provocado pelas questões postas no seu cotidiano, o seu meio de trabalho são conjuntos de conhecimentos e habilidades adquiridas no processo formativo. A autora segue proferindo que as políticas sociais por serem respostas as questões sociais os/as assistentes sociais trabalham com essas políticas de corte público ou privado.

Embora sendo considerado um profissional liberal dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade capitalista, não exerce essa tradição, pois não possui de todos os meios necessários para efetivar sua atuação, porque é uma profissão que depende de recursos de programas sociais, além disso, dos meios de organização das instituições empregadora para exercer sua função. Portanto, sua condição de trabalhador assalariado não só estabelece uma relação de compra e venda da sua força de trabalho, mas molda a sua inserção nas instituições, organizando o seu processo de trabalho (IAMAMOTO, 2014).

A/o assistente social não realiza seu trabalho de forma isolada, se insere no trabalho coletivo formado por um conjunto de especialidades para realizar os fins das instituições empregadoras. Nesse contexto, lamamoto (2014) profere que força de trabalho que o profissional assistente social tem é a capacidade do seu trabalho especializado. Transforma-se em trabalho quando as condições necessárias para ser efetivado, aos meios e objetos de trabalho é consumido ou acionado. Assim, o trabalho é a força que está em ação e não tendo os meios para realizá-lo não se transforma em atividade, em trabalho. Então, como trabalhador assalariado tem a dependência de relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada.

Por fim, o Serviço Social é um trabalho especializado, interfere no processo de reprodução sociopolítica dos indivíduos, além de interferir na reprodução da força de trabalho. O/a trabalhador/a assistente social em uma empresa não produz de forma direta riqueza para o capital, ou seja, mais-valia. Porém por ser é um profissional que faz parte do trabalho coletivo tem seu trabalho especializado na reprodução, incluído na divisão sociotécnica do trabalho, contribui na expansão do capital investido, pois como é destacado por lamamoto (2014) se o trabalho desse profissional não tivesse nenhuma função na reprodução de produção na lógica capitalista não teria sua atuação nas empresas. Em contrapartida, a atuação profissional em âmbito estatal, no campo de prestação dos *serviços sociais*, já é distinguindo pois nesse espaço sócio-ocupacional além de não ter criação de valor e mais-valia<sup>21</sup>, o Estado no campo das políticas públicas sociais não cria riquezas. Uma vez que o Estado recolhe da riqueza social pelo tributo e as contribuições do fundo público, e, redistribui parcelas da mais-valia por meio das

---

<sup>21</sup> É importante citar que sobre mais-valia, Carvalho & lamamoto (2013) colocam que “o trabalho vivo não só conserva os valores dos meios de produção (trabalho acumulado), mas reproduz o valor do capital variável e gera um incremento de valor: mais valia” (p. 48).

políticas sociais. Portanto, o trabalho do/a assistente social depende das características dos processos particulares onde se insere (IAMAMOTO, 2014).

## CAPÍTULO 2: A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

### 2.1 Trabalho precarizado e as consequências da precarização para a classe trabalhadora na atual conjuntura

Para conter as crises capitalistas, Anderson (1995) afirma que novos valores e medidas conservadoras foram reatualizadas para controlar as tensões sociais e que com a grande crise<sup>22</sup> do modelo econômico do pós-guerra da década de 1970, todos os países capitalistas em auge entraram em um profundo declínio econômico, as ideias neoliberais ganharam terreno fértil para proliferarem. Seu objetivo, segundo Anderson (1995),<sup>23</sup> era de extinguir o solidarismo e keynesianismo<sup>24</sup> reinante e preparar as bases de outro capitalismo que seja duro e livre de regras. Isto remete a pensar que o novo contexto social extinguiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência que todos dependiam para ter propriedade. Além disso, a desigualdade como um aporte valioso e necessário para as sociedades. Vale destacar, que o ideário central neoliberal abarca o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalista.

O projeto do capital monopolista<sup>25</sup> legitima a difusão da ideologia designada de neoliberalismo. Segundo Netto e Braz (2012) pode denominar de ideologia neoliberal a compreensão de uma concepção de homem considerado

---

<sup>22</sup> “As raízes das crises [...] estavam localizada no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, [...] do movimento operário [...] com suas pressões para reivindicações sobre o salário e com suas parasitárias para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam de terminar numa crise generalizada das economias de mercado” (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

<sup>23</sup> Ressalta-se que essa referência de Anderson (1995) é apoiada no texto de origem de Hayek, nomeada de O caminho da servidão, escrito em 1944.

<sup>24</sup> Consideramos importante definir o liberalismo na visão de Keynes que segundo Behring & Boschetti (2011) é “[...] a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos 1929-1932, o que combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo, que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da Guerra Fria. Essa é a base material que vai propiciar a expansão dos direitos sociais. A base subjetiva para os anos de crescimento foi a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expandia a leste da Europa, o que forjou um grande pacto social entre os segmentos do capital e do trabalho do setor monopolista, coordenado e sustentado pelo Estado, com governos social-democratas na Europa ocidental” ( p. 83).

<sup>25</sup> De acordo com Netto (2011) o capitalismo monopolista se deu na transição do capitalismo concorrencial onde o capitalismo no final do século XIX experimenta transformações modificações na estrutura social e política das sociedades envolvidas. O capitalismo monopolista recoloca em patamar o sistema totalizante de contradições da ordem burguesa e seus traços exploratório, alienado e de transitoriedade histórica.

possessivo, calculista e competitivo; uma concepção de sociedade ostentada em indivíduos capazes de realizar meio privados “[...] fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)” (grifo do original, p. 238).

Nesse contexto, de início do século XXI, o capitalismo neoliberal vem desmontando total ou parcialmente as regulamentações do resultado das lutas do movimento da classe que vive do trabalho elidindo alguns direitos sociais arduamente conquistados e minimizando as garantias trabalhistas em favor da flexibilização do trabalho e das várias formas de “Estado social”. Negar os direitos humanos<sup>26</sup> é como um pilar para manter as estruturas do capitalismo e sua acumulação de finanças (NETTO e BRAZ, 2012, p. 237-238).

Segundo Netto e Braz (2012), o Estado<sup>27</sup> é o alvo da ideologia neoliberal para manter sua intervenção que se move nas contradições das *dimensões demográficas* da intervenção do Estado na economia. Com isso, o Estado com as ideologias neoliberais tem que, segundo Anderson (1995), mantê-lo capaz de romper com o poder dos sindicatos e nas intervenções econômicas. Assim, como é dito pelo autor:

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, op. cit. p. 11).

Dessa forma, a hegemonia neoliberal estagna os direitos sociais e uma desigualdade volta a reinar na dinâmica das economias avançadas. E para retornar

---

<sup>26</sup>O CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) Manifesta – Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos –, em 2012, publicou sobre Serviço e Direitos Humanos que a luta pela materialização dos Direitos Humanos (DH) assume valor estratégico quando contribui para denunciar a desigualdade e as diferenciadas formas de exploração e opressão vivenciadas cotidianamente pela maioria da população. Compreender as expressões de desrespeito aos DH na sociedade brasileira, numa perspectiva crítica e de totalidade, requer contextualizar a desigualdade na sociedade capitalista, o que significa afirmar que a desigualdade é resultado da divisão de classes entre dominantes, que detêm os meios de produção e trabalhadoras e trabalhadores, que vendem a força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

<sup>27</sup> Netto & Braz (2012, p.239) colocam que nessa ideia o Estado tem como objetivo para os monopolistas a sua diminuição nas funções estatais coesivas, garantindo os direitos sociais. Os capitalistas pretendem é um “**Estado mínimo para o trabalho e o máximo para o capital**” (grifo dos autores).



o crescimento só quando houver estabilidade monetária e restituído os incentivos essenciais (ANDERSON, 1995, p. 11). Então, o programa neoliberal onde tem êxito em reanimar o capitalismo mundialmente, restaurando o crescimento estáveis das taxas de lucros do capital.

Segundo Barroco (2015) o resultado processual dos episódios da dinâmica da sociedade sob efeitos dos ideais do neoliberalismo acabam resultando em uma significativa mudança social e diante das crises econômicas são tornadas como necessárias para estabelecer a economia, cujo interesse não passa de manter as estruturas do sistema capitalista. Então, o conservadorismo encontrou espaço em momentos de crises sociais com função de enfrentar os conflitos e as contradições sociais contribuindo para defesa do capitalismo. Então, ele dar valor a hierarquia do passado, negando a democracia, a liberdade e todas as outras conquistas. Na conjuntura social a vivência das relações sociais é apresentada o neoconservadorismo fazendo apologia ao tradicionalismo reforçando o conservadorismo da ordem capitalista, combatendo alguns dos direitos sociais de longas lutas travadas.

No Brasil o neoliberalismo chega de forma lenta, pós a transição democrática do país, consolidando efetivamente entre os setores dominantes, a partir da década de 1990, em pleno governo Collor (1990 - 1992). Com essa onda neoliberal começaram as privatizações estatais, abrindo o capital estrangeiro para fomentar a economia brasileira. Enquanto o mercado passa a ser o grande organizador da Nação, os trabalhadores, como classe, passam a sofrer um bombardeio dos seus direitos sociais (OLIVEIRA NEGRÃO, 1992; FILGUEIRAS, 2006). O processo de privatizações das empresas públicas juntamente com o processo de desregulamentação, por causa da quebra dos monopólios estatais em vários setores da economia, minimizaram a presença do Estado diretamente nas atividades produtivas, fortificando grupos privados nacionais e estrangeiros. Iniciando o oligopólio privados, resultando em demissões em massa, enfraquecendo sindicatos juntamente com os grupos políticos regionais tradicionais e redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos (FILGUEIRAS, 2006).

Segundo Filgueiras (2006) no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1994-1998) as privatizações foram expandidas e aceleradas, ampliando os setores produtivos, além de incluir e expandir empresas que poderia ser privatizadas como os setores de concessão de serviços públicos, energia elétrica

e telecomunicações e demais. Com as reforma administrativa, o autor ainda argumentar que o Estado admitiu criar mecanismo de demissão e contratação de funcionários com a flexibilização das relações trabalhistas, resultando cada vez mais em diminuir concurso, estagnando os direitos trabalhistas. Outras medidas pontuadas pelo autor foram as reformas nos serviços, como por exemplo, a reforma da previdência social “[...] redefinindo as regras de aposentadoria, reduzindo benefícios e direitos, em nome do equilíbrio fiscal, abrindo espaço para a atuação dos fundos de pensão privados” (p. 195).

Portanto, interferindo nas regulamentações trabalhistas resultando no aumento da degradação do trabalho e da vida social, a ofensiva neoliberal do grande capital se materializa na exploração, na dominação e na desigualdade afetando duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados.

Nessa conjuntura, segundo Barroco (2011), a sociedade brasileira foi marcada pelo aumento do desemprego e a desagregação da vida dos indivíduos levando num agravamento da questão social e criminalidade, induzindo apelo à ordem e à repressão. Com isso, incentivo de repreensão passam a ser adotadas em nome da ordem e do progresso do país. Esse processo de exploração do trabalho cada vez mais intensa, o desemprego estrutural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados pelos trabalhadores interferem na vida dos sujeitos, cunhando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana.

Costa (2014) coloca que as configurações que tem no processo de trabalho<sup>28</sup> apresentam também as condições e as relações da intervenção do profissional assistente social. Essa transformação acarreta que os assistentes sociais desde a consolidação da profissão convivem com a ameaça das instituições de ter sua autonomia limitada. Então, para além dos limites institucionais, a autora coloca que ofensiva neoliberal, que desmembra os direitos trabalhistas e explora a força do trabalho para aprofundar em uma super valorização do capital, submete os assistentes sociais a uma condição de trabalho precarizado, ou seja, subcontratado, terceirizado. Condições estas características do neoliberalismo. E isso coloca em

---

<sup>28</sup>Mais adiante discutiremos sobre processo de trabalho e precarização.

desafio a sintonia da prática profissional com os princípios e diretrizes do Projeto Ético-Político.

A homogeneização das relações produtivas e distributivas, segundo Mészáros (2011), torna uma condição necessária e viciosa do capital para manter a ordem sob seu controle. Sem a homogeneização o capital não poderia se reproduzir, pois no processo de produção histórica ele próprio gera no percurso contradições que pode levar a abalos na sua estrutura. Diante disso, a homogeneização é um processo vital para a dominação e reprodução do sistema capitalista. É através das estruturas dela que o trabalhador internaliza as ideias do capital como as suas, e por isso aceita as imposições postas pelos poderes dominantes. Mészáros comenta sobre o capitalismo, afirma que

No curso do desenvolvimento capitalista, o processo pelo qual as garantias necessárias são produzidas – e também *renovadas* – consiste na homogeneização dos mais minúsculos constituintes do sistema com um todo. Historicamente, esta homogeneização ocorre segundo as determinações materiais fundamentais do capital que correspondem a seus parâmetros exploratórios específicos – isto é, inerentemente econômicos (MÉSZÁROS, 2011, p.626 ).

A “substituição” do modelo fordista para o toyotista nada mais é que a própria crise do capitalismo para conservar sua produção de acumulação de riqueza e exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Diz Clarke apud Antunes, (2011) “[...] a crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo” (p. 26). Assim, a crise no sistema capitalista é estrutural e tem perspectiva na busca incessante de preservar seu lucro e dominação. E os antídotos de superar a crise têm consequências na precarização do trabalho e estagnação dos direitos trabalhistas (ANTUNES, 2011).

Segundo Alves (2011), falando sobre o novo regime de acumulação e de organização do trabalho, que também é denominado de modelo toyotista<sup>29</sup> que nasceu primeiramente na fábrica da Toyota no Japão diz:

---

<sup>29</sup> Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, idealizado por Eiji Toyoda, fundador da Toyota, empresa japonesa que é conhecida como uma das melhores fabricantes de veículos automotivos. Difundindo pelo mundo a partir da década de 1970. A característica principal desse modelo é a flexibilização da produção, defendendo que produzir somente necessário, fazer em melhor tempo e na quantidade necessária.

Ver mais em:

GOUNET, Thomas. Concorrência e estratégia de acumulação na indústria automobilística. In: *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 13 – 53.

A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho. (ALVES, 2011, p. 2).

As transformações acontecidas no modo de produção capitalista e nas relações de trabalho são fundamentais para entender a dinâmica histórica das relações entre os homens, a natureza e as suas particularidades. Na metamorfose do mundo do trabalho advinda de crises cíclicas para manter o processo de produção capitalista acarretaram em ampliar as complexidades das relações de produção do trabalho, indo ao encontro da precarização do trabalho. O sistema de produção *toyotista* substitui e se mescla ao modelo *fordista* (processo de trabalho cronometrado, em série, em massa), penetrando em todas as partes do capitalismo globalizado (ANTUNES, 2011).

Neste processo, o modo de produção tem novos contornos, ou seja, flexibilização da produção, operando com estoque mínimo, produzindo conforme atender as necessidades do mercado. E não só o modo de produção é transformado, mas também no que diz respeito à flexibilização dos direitos trabalhistas. Sob a estrutura com um número mínimo de trabalhadores, intensifica a divisão do trabalho, diferenciando trabalho intelectual do manual e tem como principais características de flexibilização das relações de trabalho, trabalho temporário e fragmentado, terceirização. E junto com ele para atender as exigências do mercado no melhor tempo e com qualidade do mais novo perfil da classe que vive do trabalho – o polivalente –, aquele que desempenha mais de uma função e sendo exigido ter uma maior qualificação profissional (ANTUNES, 2011). Portanto, o sistema nos moldes da era de acumulação flexível é um modelo que é marcante no capitalismo intensificando a exploração do trabalho. Processo que financeiriza a economia viabilizando a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado (DRUCK, 2011).

A Precarização Social do Trabalho é um processo econômico, social e político hegemônico e central do novo padrão de acumulação de desenvolvimentista capitalista – a acumulação flexível – na mundialização do capital e das políticas

neoliberais. Ela é algo histórico e estrutural do trabalho nas diversas partes da dinâmica das fases do desenvolvimento capitalista. Faz parte da estratégia do capital explorar em um dado momento histórico, harmonizando a crise fordista e dos Estados de Bem-estar-Social com o financiamento da economia juntamente com as políticas no neoliberalismo e a reestruturação produtiva, formando um novo regime de acumulação flexível. E atinge todas as dimensões da vida social, seja na organização e formas/vínculos de trabalho, seja na administração das políticas, seja na saúde (DRUCK, 2016).

No Brasil, segundo Druck (2016) a institucionalização da flexibilização e da precarização do trabalho mundializado, renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho determinando o caráter dessa precarização social do trabalho. Então, a precarização é algo novo, e a precariedade ou o trabalho precário é algo antigo no Brasil, significa que há casos de trabalhadores com emprego formal, mas sob situações precárias das condições impróprias no trabalho, sofrendo as precarizações do ser social que trabalha (DURÃES, 2011). Tal transformação justificada por ser necessária a adaptação aos novos tempos modernos dentro da lógica do capital e da dialética capital e trabalho. Assim, como a “única saída” para a adaptação na modernidade é o capitalismo flexível e globalizado na lógica posta pelo próprio capitalismo (DRUCK, 2016).

A reestruturação produtiva e a produção flexível como forma de gestão do trabalho, onde a subcontratação/terceirização são elementos centrais, embora existam especificidades em cada país por causa do Estado e dos Sindicatos, sempre buscaram garantir o aumento do lucro. Determinando e transferindo aos /as trabalhadores a pressão por maximizar o tempo de trabalho, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com o trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e de contratos. Isso pode ser definido como terceirização, que é a forma mais efetiva e evidente desse processo de financeirização, que abrange todas as atividades e todos os segmentos de trabalhadores, mesmo que de forma hierarquizada (DRUCK, 2015). Com isso, a terceirização passa a ser uma das expressões da precarização do trabalho, velando as violações dos direitos trabalhistas, explorando os trabalhadores.

A terceirização prejudica vários trabalhadores/as, embora de forma diferenciada, segundo o autor Lima (2010), como redução de alguns postos de trabalho, rebaixamento do salário pago, intensificação do trabalho, contratos de

trabalhos temporários resultando nos enxugamentos dos direitos trabalhistas como, por exemplo, férias remuneradas.

A terceirização vai para além de trabalhadores com pouca ou sem qualificação. Há trabalhadores com alta qualificação profissional, por exemplo, médicos, assistente sociais, professores e etc. que possuem ensino superior e especialização e trabalham com carteira assinada, isto é, trabalho formal, porém sem vínculo com a instituição que desempenha sua função ou fazendo funções similares, mas com salários mais baixos e sem qualquer garantia de continuidade no trabalho. Todos têm vínculos de trabalho contratado por uma empresa que presta serviço para aquela instituição que estão atuando<sup>30</sup>. Então, esses profissionais vivem em condições extremamente precárias, pois são terceirizados, sem emprego garantido/fixo, com jornada de trabalho intensificada e baixa remuneração. Então, mesmo com carteira assinada que é uma garantia de proteção trabalhista assegurada em lei incide precarização e é construída de incertezas da garantia do prosseguimento no trabalho (DRUCK, 2015; DURÃES, 2016).

Na história do trabalho, segundo Druck (2016), a terceirização foi se transformando e definindo sua centralidade tornando um padrão de organização do trabalho onde as redes de subcontratação ocupam a centralidade dos lugares. Destarte, com a mundialização do capital, a terceirização tornou a forma mais eficiente e favorita para flexibilizar o trabalho, que é defendida pelo capital como símbolo da modernidade empresarial e da competitividade mundial. Como afirma a autora Druck (2016, p.36):

É neste contexto que a terceirização assume centralidade e amplitude para todas as atividades, deixando de ser periférica para se tornar uma prática-chave para todo tipo de empresa, na indústria, nos serviços públicos e privados, no comércio, enfim em todo tipo de trabalho.

Hoje vive-se, portanto, na lógica do capitalismo flexível e do trabalho precário. Segundo Druck (2016), o capitalismo hoje avança sua produtividade através da destruição dos direitos sociais e a tendência é intensificar a exploração e a desvalorização do trabalho pois tem como a terceirização um fenômeno marcante que intensifica e precariza o trabalho na atualidade. Segundo ainda a autora citada anteriormente que, estamos vivendo no Brasil uma “onda” conservadora que

---

<sup>30</sup>Daí o porquê o nome de terceirização.

ameaça direitos, conquistas e avanços sociais, golpeando instituições típicas da democracia, desmoralizando-as e desrespeitando-as.

A ANEPS (Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País) vem realizando aqui, no Brasil, uma campanha na defesa da terceirização e da aprovação do PL **4330** que libera a terceirização para qualquer atividade-fim. A aprovação do PL não diferencia entre atividade-meio e atividade-fim. Isto significa que é qualquer atividade até a de responsabilidade da contratante. Sendo assim, citando Druck (2016, p.37) “[...] caindo por terra o falso argumento do patronato de que uma das principais justificativas para a terceirização é a especialização ou focalização”.

A CNI – Confederação Nacional da Indústria – considera no documento “101 propostas de modernização trabalhista”<sup>31</sup> publicado em 2012 que a terceirização é uma modernização necessária para atualizar a legislação trabalhista – a CLT – pois a mesma não corresponde mais ao novo “espírito” da modernidade. Podemos perceber nisso o “espírito” que vem a atacar a CLT defendendo sua extinção. Além disso, o PL trata de eliminar qualquer ação do Estado em proteger os trabalhadores, pois ele põe que o Estado não precisa interferir no controle da terceirização.

Com o projeto de lei da terceirização, que atualmente já foi aprovado (08 de abril de 2015) na Câmara de Deputados e segue em trâmite pelo Senado Federal, organizará e remunerará a força de trabalho com distância da regularidade do assalariamento formal e das garantias dos direitos sociais/trabalhistas, podendo estabelecer acordos por empresa. Com isso, com contratações diretas sem direitos sociais trabalhistas os sindicatos ficam fora da negociação e a organização dos trabalhadores tem alto grau de se desassociar resultando no enfraquecimento da luta organizada da classe explorada. Assim, os desmontes das organizações que representa os interesses dos trabalhadores, como sindicatos, associações têm consequência da intensificação da exploração do trabalho (POCHMANN, 2016).

Nesse cenário compreendemos a relação de trabalhadores que exercem a função em uma instituição formal, mas exercendo essa atividade dentro da lógica informal. Nisso, o empregador contrata funcionários/as por tempo determinado para realizar uma parte do processo do trabalho, mas sem vínculo com o empregador

---

<sup>31</sup>Para mais detalhes sobre o documento “101 propostas de modernização trabalhista” acesse o site: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>

contratante. Desta forma, ficam livres das responsabilidades de garantias dos direitos dos/as trabalhadores, pois ficam isentas de arcar com os custos legais da contratação do trabalhador. Gerando, com isso, “[...] uma rede ou emaranhado de contratação e subcontratação de trabalho que mescla formas legais e ilegais, objetivando a busca do lucro e do aumento da produtividade” (DURÃES, 2016, p. 874). E o resultado é mais uma forma de camuflagem da precarização do trabalho da classe trabalhadora contemporânea

As novas forças de produção nesse terreno atingem a classe trabalhadora de forma impiedosa, “[...] é o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato” (DRUCK, 2011, p.43). Então, Druck (2011) profere que nessa sociedade não é mais o padrão do pleno emprego, mas uma sociedade de desempregados com formas precárias de condições tanto de vida como de emprego. A perda do emprego ou a não garantia do emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários levando rupturas de vínculos, tornando vulneráveis e com uma condição social fragilizada, ou de “desfiliação Social” que é a perda da identidade individual condenando cada trabalhador como o único responsável por sua empregabilidade. Assim, “[...] o trabalhador ficou subjugado à ditadura do sucesso em condições extremamente adversas criadas pelo capitalismo flexível” (*Ibidem*, p. 50).

A autora supracitada discorre ainda que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível que é entendida como força de estratégia para dominação. Os artefatos de dominação que se materializam na ameaça de desemprego estrutural que o próprio capitalismo criou para preservar sua hegemonia. Pois os capitalistas criaram como forma de amedrontar a classe que vive do trabalho se submeter às condições de trabalho precárias, que ter qualquer trabalho é melhor do que não ter nenhum. Isso remete a pensar o que Marx chamou de “exército industrial de reserva”<sup>32</sup> o que importa destacar sobre o *exército industrial de reserva*, segundo Iamamoto & Carvalho (2013) é que, a medida que entre os próprios trabalhadores há uma maior competição, fazendo com que a força de mão de obra seja ofertada de acordo com a demanda, contribuindo na redução os salários. Compreende-se que, como afirma Druck (2011), ela é a concorrência e

---

<sup>32</sup>Ver K. Marx, O Capital. Livro I. Capítulo XXIII.



separação entre os próprios trabalhadores e, com isso, regula a força de trabalho empregada com absoluta subordinação do trabalho ao capital, como única alternativa de sobrevivência aos trabalhadores.

No atual estágio do capitalismo – monopolista – a precarização do trabalho não restringe apenas num sentido de precarização da força de trabalho, mas também em *precarização do homem que trabalha*, ou seja, “[...] desefetivação do homem como ser genérico”<sup>33</sup> (ALVES, 2011, p. 2), capaz de responder as demandas da dinâmica do capital. Então, é nas relações no modelo toyotista que estabelece uma manipulação da classe de proletariado mais densa do que em outros momentos de reprodução capitalista. Nesse caso, o processo de precarização do trabalho no capitalismo intensifica em incluir a subjetividade<sup>34</sup> do trabalho à lógica capitalista, manipulando a classe que vive do trabalho em suas mais variadas dimensões para além do local de trabalho.

A subjetividade estranhada, concentrada no fetichismo<sup>35</sup> posto pelo espírito do capitalismo, se constitui no ambiente de trabalho, mas também principalmente nas relações sociais, isto é, para além dos espaços de trabalho. Aprisionando o indivíduo nos grilhões invisíveis da civilização da lógica capitalista, integrando sua forma de pensar conforme os seus objetivos de relações na sociedade. Assim, o tempo livre fora do trabalho é para reproduzir riqueza para o capital e sua ideologia, não se reconhecendo como produtor daquela mercadoria. Nisso, “[...] corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a auto-alienação do homem que trabalha” (ALVES, 2011, p.3).

A alienação, campo em que reina o desenvolvimento do fetiche, obstrui a tomada de consciência humana, nega o sujeito enquanto ser que realiza o trabalho.

---

<sup>33</sup>Segundo o Alves (2011) o humano-genérico, na ontologia social de Lukács, influenciado pela visão marxista, é o que pode ser chamado de trabalho vivo, na medida em que reprodução social o indivíduo é o único animal capaz de se fazer humano através do trabalho. Ou seja, realiza trabalho com uma finalidade, uma teologia que é a capacidade de projetar aquilo que vai produzir.

<sup>34</sup> A objetivação Segundo Lessa e Tonet (2011) citando Marx é o resultado da transformação da natureza no que o humano deseja. “Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade já não é a mesma [...] quanto também o indivíduo já não e mais o mesmo, uma vez que ele aprendeu algo com aquela ação.[...] utilizará a experiência e a habilidade adquiridas [...]”.

<sup>35</sup>Segundo Marx (2006) o fetichismo é o encobrimento das “características do próprio trabalho dos homens. [...] oculta, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtos e o trabalho total (p.94). Pois, o fetichismo esconde a verdadeira relação de aparência dos produtos, esta mera expressão do trabalho humano.

O trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo cria, não se conhecendo como projetor e criador daquele objeto<sup>36</sup>. Conforme Barroco:

O trabalhador é alienado da totalidade do processo de trabalho, ou seja, da propriedade dos meios de trabalho, do controle sobre o processo de trabalho e seu produto final. Como trabalhador assalariado, ele só dispõe de sua força de trabalho [...], sua participação é fragmentada, pois ele não tem controle da totalidade do mesmo; [...] e não se apropria do produto do trabalho. Sai do processo tendo criado um valor a mais – mais valia –, [...], e um produto que não lhe pertence e com o qual ele não se identifica; seu salário lhe permite somente sobreviver fisicamente para reiniciar o processo (BARROCO, 2008, nota de rodapé (6), p. 34).

Nessa perspectiva do trabalho alienado, segundo a autora, a atividade produtiva em vez de ser uma manifestação essencial do homem passa a ser um trabalho para realizar as necessidades externas a ele. O trabalhador passa a existir apenas para gerar mais lucro e o trabalho passa a ser sofrimento. Além disso, nesse núcleo, o sujeito se aliena também como um humano genérico. As objetivações genéricas são expressadas pela as conquistas da humanidade, em termos do desenvolvimento de todas as capacidades e possibilidades humanas.

Então, a alienação cria uma relação divergente entre sujeito e objeto, o indivíduo passa a ser objeto e o objeto passa a valer como coisas. Partindo daí a compreensão de coisificação das relações sociais e a transformação da riqueza humana. E penetra invisivelmente em todas as dimensões da vida social e na objetivação do ser social. Subordinando o ser genérico ao espírito real do trabalho no capitalismo. Nesse contexto, Lessa e Tonet (2011) proferem sobre o “amargo” efeito da alienação provocada pelo capitalismo. A essência da alienação no capitalismo é tratar o homem como uma mercadoria, levando a uma desumanidade. Tudo é feito em nome do capital e em detrimento de necessidades humanas. O que é importante é o lucro, a riqueza e a retroalimentação do capital, que funciona engendrando relações sociais para a valorização do próprio capital. Como afirma os autores supracitados:

Se, para isso, a fome deve ser mantida apesar de se poderem produzir alimentos para todos; se a ignorância deve ser mantida,

---

<sup>36</sup>Sobre alienação no trabalho no capitalismo ver Marx (2004) capítulo “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada”. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

apesar de se poderem erradicá-las; se muitos devem ficar sem casas e sem assistência, apesar de existirem os meios para abolir esse sofrimento.

Nos processos sociais capitalistas é importante alimentar ilusão nos trabalhadores para controlar as tensões de conflitos sociais que surgem com as suas consequências da acumulação de riqueza e preservar sua hegemonia. O salário pago é o valor que vale sua força de trabalho posta pelo mercado e é um terreno fértil para propagar a alienação. Isso gera uma ilusão aos trabalhadores, pois passam a pensar que os interesses do crescimento econômico tem relação direta com seu interesse, como dizem Tonet e Lessa (2011, p. 96): “Iludido, acredita que, se a economia crescer, e se o lucro do padrão aumentar. O salário vai melhorar e os empregos serão mais numerosos.”

Alienados também na forma de pensar ficam sem noção do que tem por trás do capitalismo. O lucro capitalista tem tendência de cada de vez mais aumentar e o salário pago fica inalterado, a força de trabalho tem valor de mercadoria e não valor de produção do indivíduo humano (LESSA e TONET, 2011). Além disso, Druck (2011) expõe que o desemprego estrutural acompanha esse crescimento econômico, porque o empregador investe em tecnologia que produz muito rápido e com menor número de trabalhadores, então essa inovação no campo da tecnologia abrange a força de trabalho impiedosamente, devendo se tornar flexível, sendo substituído por outro que se adéque a lógica da tecnologia. Transformando os/as trabalhadores “velhos” em obsoletos e descartáveis, que devem ser "superados" por outros “novos”.

Então, o desemprego se torna algo inerente ao ciclo de reprodução capitalista; e os salários pagos cada vez mais reduzidos; e a classe que vive do trabalho é submetida a aceitar trabalhos em condições degradantes. A classe que vive do trabalho, inclui aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, sofre as consequências advindas da manutenção do capital. Essa noção traduz um novo proletariado com trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado. São também os/as trabalhadores/as assalariado/a da chamada economia informal. Enfim, são trabalhadores/as que estão no mundo do trabalho e com as transformações desse mundo padecem com os reflexos da precarização (DRUCK, 2011).

A fragmentação e a divisão do trabalho, segundo Mészáros (2011), correspondem a interesses significativos para os burgueses. É nessa clivagem que a classe dominante encontra apoio dos objetivos prevalecte da divisão social do trabalho. Além disso, é nesta circunstancia que o Estado capitalista sustenta e salvaguarda sua função virtuosa de “proteção” aos trabalhadores, de proteger a perpetuação da condição subalterna e submissa da classe trabalhadora. Conforme Mészáros:

Naturalmente, o Estado burguês só pode realizar sua função de “protetora” em prol dos grupos de trabalho fragmentado e divididos até o ponto em que o exercício dessa função corresponda objetivamente aos interesses da classe dominante como um todo (2011, p.1058).

Nesse processo de metamorfose no mundo do trabalho a força de trabalho feminina tem aumentando de forma significativa. É evidente que a ingressão da mulher no mercado de trabalho é parte do processo de emancipação feminina, mas “[...] o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 109). Segundo Antunes (2009) é na divisão sexual do trabalho que os mais intensivos são preenchidos pela força masculina, enquanto os que são menos intensivos e menos qualificados ficam a pretensão do trabalho da mão de obra feminina. Ou seja, o trabalho manual e periódico era função das mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens.

As consequências da expansão do trabalho feminino tem se observado sobretudo no trabalho precarizado é nos regimes de part-time, que tem a informalidade mais intensa, com desregularidade mais forte do salário se comparar com os dos homens, além das jornadas serem mais longas (ANTUNES, 2009). Além disso, a mulher trabalhadora tem duplo trabalho: tanto dentro de casa como fora de casa. E ao realizar sua atividade duplamente, ela é explorada duplamente pelo capital, isto é, quando o capital compra sua força de trabalho e quando realiza atividades domésticas com objetivo de realizar a manutenção da força de trabalho, o que resulta em “[...] condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria” (ANTUNES, 2009, p. 108) para produzir os meios para os capitalistas.

As transformações nos setores de serviços cada vez mais vêm se submetendo a lógica e a racionalidade do capital. Esta absorção significa uma nova configuração para classe trabalhadora. Segundo Antunes (2009) no mundo do trabalho capitalista é visto um processo de exclusão de jovens, muitos aumentam o número do exército de reserva ficando sem perspectivas diante de uma sociedade com vigência do desemprego estrutural. O autor ainda complementar que também é presenciada a exclusão dos trabalhadores considerados “velhos”, aqueles com cerca de 40 anos ou mais, que poucos conseguem qualificação para reingressar no mercado de trabalho. Com isto o chamado trabalho informal ganha espaço na economia.

Desse modo, a nova adequação produtiva do capital traz sequelas no mundo do trabalho. A classe que vive do trabalho ela é heterogênea e fragmentada, isto é, dividida em “[...] entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, e tantos outros exemplos [...]” (ANTUNES, 2009, p. 16); isso é explicado pela própria função do sistema capitalista de fragmentar a classe de trabalhadores. E nesse terreno que as greves, as lutas contra o capital têm significados importantes.

## **2.2 Impactos da precarização no cotidiano profissional do/a Assistente Social**

As transformações no mundo trabalho, engendradas a partir da crise e recomposição do capitalismo, funcionaram como uma reação para manter o crescimento do sistema capitalista que estiveram em crise de produção e de lucro. Tais impactos atingiram o Serviço Social com novas configurações societárias e do trabalho, implicando para o/a assistente social a precisão de saber buscar entender as novas mudanças que condiciona e relaciona sua atuação profissional. Conforme Raichelis (2011) as configurações dessa nova ordem societária cria um novo espaço sócio-ocupacional para os assistentes sociais (e para um conjunto de outras profissões) na divisão sociotécnica do trabalho, fazendo com que seja constituída as condições através de que “[...] a profissão será demandada e legitimada para a

execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais” (p. 424).

Segundo Raichelis (2011), no contexto da crise, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais provocaram transformações no âmbito de intervenção dos profissionais. E é com os impactos do neoliberalismo que vem os desafios do Serviço Social enquanto sua participação na formulação, gestão e execução das políticas sociais<sup>37</sup>. Pois a lógica neoliberal de fragmentar e restringir os direitos sociais conquistados pela classe oprimida compromete as condições de trabalho e de vida da classe que vive do trabalho.

No contexto brasileiro a precarização do trabalho não é algo que veio com o neoliberalismo a partir da década de 1990 e sim assume novas configurações e manifestações de precarização. É “[...] quando se presenciavam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais”(RAICHELIS, 2011, p. 421).

O projeto neoliberal transmitiu efeitos destruidores para a classe trabalhadora, incluindo a/o assistente social nesse processo já que o Serviço Social é considerado uma especialização do trabalho, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Além disso, é um o profissional assalariado submetido em instituições públicas e privadas, resultante do processo de profissionalização e institucionalização da profissão no contexto monopolista do capital (CARVALHO & IAMAMOTO, 2013).

A reestruturação produtiva do capital acarreta diversos modos da precarização do trabalho, atinge o mercado de trabalho do/a assistente social, recaindo na redução de postos de trabalho, como também aumentando a intervenção do profissional em outros espaços sócio-ocupacionais, por exemplo, nas políticas de assistência social, dando ênfase em nível municipal, por causa das novas demandas aos municípios devido a descentralização dos serviços públicos. Então, ao mesmo tempo em que a profissão tem aumento de campos para atuação é atingida pelo aprofundamento dos “efeitos da tríade”<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup>Segundo Iamamoto (2009) nos espaços profissionais os (as) assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços (p. 5 – 6).

<sup>38</sup>“efeitos da tríade” expressão usada por Raichelis (2011).

(flexibilização/precarização/terceirização), subordinado a processos “[...] de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto” (RAICHELIS, 2011, p.434).

Nesse contexto de processo de flexibilização e precarização o trabalho do/a assistente social é atingido nos mais variados espaços institucionais, pela insegurança do emprego devido às formas de contrato, terceirização, intensificação do trabalho, rebaixamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, falta de horizontes profissionais de prazo mais longo, sem perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011).

E isto torna um desafio no dia a dia da categoria que trabalha com as mais distintas expressões da questão social, lidando com a dura realidade das classes subalternas na sociedade brasileira. Ficam subordinados ao poder público para criar critérios para as ofertas das políticas sociais, sendo forçados a obedecer à regra da exclusão com as políticas públicas, posta pelas lógicas neoliberais, cada vez mais focalizadas e seletivas.

Raichelis (2011) fala que é um trabalho que produz de uma condição com duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais, diz:

a) de um lado, o prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (p. 434 – 435).

Esta afirmação remete ao debate da questão da autonomia relativa do/a assistente social por ser um profissional embora considerado liberal tem sua atividade submetida a normas próprias que regulam as relações de trabalho. Exercendo sua função mediatizada por instituições públicas e privadas, tensionada pelas contradições que atravessam as classes sociais no capitalismo. Como diz lamamoto (2009):

Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal” dela decorrente os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional (p. 31).

A condição assalariada – independente da forma de vínculo trabalhista – tem articulação com a incorporação dos parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho por meio de contratos. Estes determinam as condições de intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas pela/o assistente social. Conforme lamamoto (2009, p.32):

[...] as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Os organismos empregadores também estabelecem as diretrizes dos conteúdos do trabalho que o/a assistente social atuará, definindo a matéria (objeto) sobre a qual incide a ação profissional, em outro termo, define as dimensões, expressões ou recortes da *questão social* a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além disso, oferece os recursos matérias para o desenvolvimento e nisso decorre as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional (RAICHELIS, 2011). Dessa maneira, a dinâmica que é estabelecida pelas instituições nega-se ao verdadeiro sentido da natureza da profissão de Serviço Social, fragiliza o trabalho direto com a população em processo de mobilização e organização; e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória.

Constata, então, um tipo de demanda que afasta o profissional da realidade da população usuária, por desempenhar atividade que não dar seguimento aos acompanhamentos próximos e continuados da população. Muitas das vezes o trabalho que o profissional exerce é preenchimento de formulários e realização de



cadastros da população. Tornando-os burocráticos, repetitivos, que não agregam conhecimento e reflexão sobre a realidade que demonstram os dados e o trabalho realizado.

Nos parâmetros mencionados elucidamos que o/a assistente social é um/a trabalhador/a assalariado/a que tem sua prática profissional voltada a enfrentar as mazelas do próprio sistema capitalista, e por está inserido na categoria que vive do trabalho que precisa dos meios externos para executar as políticas de enfrentamento das mazelas do capitalismo, consoante a isso tem sua profissionalização submetida aos limites do empregador (supostamente a figura do Capital) e desempenha seu exercício profissional conforme os alicerces das contradições do sistema capitalista assim ficam limitados a efetuar seu trabalho de forma eficaz como é apreendido na teoria. Por fim, os profissionais por trabalhar com excesso de demanda, carga horária excedida sem remuneração, sem segurança de garantia de emprego, com limitação de exercício profissional prejudicando sua atuação conforme o que determina o seu Projeto Ético Profissional acabam adoecendo.

### **2.3 A relação entre trabalho e saúde no cenário contemporâneo**

A saúde do trabalhador é fruto de várias lutas históricas, a intensificação da precarização do trabalho decorrente da transformação do modo de trabalho impactou no agravamento da saúde do trabalhador. As alterações ocorridas pelo processo de trabalho no capitalismo – fordismo, e acumulação flexível – culminaram em repercussões profundas que afetam a “objetividade” e a “subjetividade” da classe-que-vive do trabalho (ANTUNES, 2011).

Abramides & Cabral (2003) definem que a saúde do trabalhador é o processo de saúde e doença dos agravamentos da relação doença-saúde em sua relação com o trabalho. No capitalismo, o trabalho, segundo as autoras supracitadas, é entendido como

“[...] a subsunção do trabalhador ao capital no processo produtivo de superexploração do trabalho humano e extração da mais-valia, compreendido também como [...] pólo de resistência e luta dos

trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, que a saúde é parte constitutiva desse processo” (p. 8).

Embora nas últimas décadas as transformações no mundo do trabalho houve a visibilidade de manifestações mais complexas de adoecimento decorrentes do processo de trabalho, como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), sendo visível no Brasil a partir da década de 1990, com a globalização do capitalismo, evolução tecnológica e as metamorfoses que repercutiram no processo de produção do capital. Os agravos das doenças relacionadas ao trabalho não teve a devida visibilidade e a atenção da sociedade contemporânea em geral, permanecendo com a ideia que os fatores relacionados ao trabalho têm independência das condições de trabalho, isto é, visando que o adoecimento do trabalhador é algo “natural” a ele. Resultado é a invisibilidade que o mundo do trabalho adoecer. Então, no sistema capitalista a saúde de todos os profissionais tem sido cada vez mais agravada, se tornando um desastre para a vida dos profissionais (TEIXEIRA, 2012).

No Brasil a discussão sobre a saúde do trabalhador teve seu desenvolvimento no período de transição democrática. Arelada aos movimentos sociais e com as ideias discutidas nos debates da VIII Conferência Nacional de Saúde, bem como na I Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores que impulsionaram o marco legal na defesa da saúde do trabalhador. Destarte, com a promulgação da Constituição de 1988 no Art. 200, cap.: II que elucida que compete o Sistema Único de Saúde (SUS) “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”, tem-se um marco no que diz respeito à proteção, recuperação e reabilitação a saúde do trabalhador.

A partir deste marco legal e por meio de várias outras lutas conquistadas na defesa da saúde do trabalhador tiveram vários outros marcos legais constitucional. Entre elas, destaca-se a Lei Orgânica da Saúde (LOS; nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) conceitua em seu art. 6º, § 3º, a saúde do trabalhador como:

Um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...] (BRASIL, 2009).

Outro marco legal é o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aborda o tema segurança e medicina do trabalho cabendo os empregadores instruírem os empregados quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais. Tomando as devidas precauções para evitar que o profissional não tenha sua saúde prejudicada com as condições de trabalho onde desempenha (CARVALHO, 2011).

A relação saúde e trabalho têm referências ao longo da história da metamorfose do mundo trabalho. E exige cada vez mais intervenções políticas, cujas raízes são submetidas nas contradições do sistema capitalista. Além disso, a saúde do trabalhador é a denominação de reconhecer o trabalhador como sujeito que produz riqueza para o país e assim contribuir com a sua reprodução acumulação de riqueza para os capitalistas.

De acordo com Abramides & Cabral (2003) no mercado de trabalho a força de trabalho é considerada mercadoria no processo de produção na sociedade capitalista, porém para compra dessa força de trabalho é exigido ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho. As autoras citadas consideram que o trabalhador tem consciência de sua capacidade técnica e sabe que precisa ter saúde para exercitá-las, pois a força de trabalho é consumida e substituída na medida que é desgastada, comparando-a como um componente do processo de produção.

Nas condições de trabalho as atividades corporais e mentais dos trabalhadores são incluídas nestas condições de trabalho, além dos elementos materiais, físicoquímicos, ambientais, temporais e também as relações de trabalho. No entanto, a intensidade e no ritmo acelerado no trabalho e a carga horária excedida na jornada de trabalho são decisivos na precarização da saúde do trabalhador, podendo eliminá-lo, precocemente, do mercado (ABRAMIDES & CABRAL, 2003).

A dimensão social da saúde, segundo Abramides & Cabral (2003) corresponde ao ciclo do capitalismo e as condições onde se desenvolve. É expressada nas relações sociais e de produção. Também tem a ver com as tecnologias dos processos produtivos e com a forma que é organizado o trabalho

pelas instituições empregadoras. Desse modo, nas ocorrências do adoecimento no trabalho é apenas o modo violento de evidenciar essas determinações.

A precarização das condições nas relações de trabalho como a terceirização que é a contratação por tempo determinado resultando assim em o trabalhador/a ser demitido/a constantemente, ficando sem trabalho garantido. Desta forma procedendo em sentimentos de impotência, carência de sentidos da vida e perda de direitos sociais e trabalhistas. Assim, essas expressões dos efeitos das relações de trabalho repercutem na saúde dos profissionais causando fadigas, ansiedades, insegurança e distúrbios emocionais (ABRAMIDES & CABRAL, 2003).

Percebe-se que se torna fundamental a análise da relação entre saúde, trabalho e adoecimento nos variados campos que estão submetidos à classe que vive do trabalho. A legislação citada<sup>39</sup> assegura que compete a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em seu âmbito administrativo elaborarem:

Normas Técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador (art.15, VI); Participar da formulação e na implementação das políticas relativas às condições e aos ambientes de trabalho (art.16,II,c); Participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho (art.16,V).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 múltiplas determinações, inclusive a do trabalho, são fatores que condicionam e determinam a saúde, superando a saúde como conceito de fatores ausentes de deficiência/doenças.

Santos (2013) ao abordar a leitura de Laurell e Noriega expõem que o reconhecimento do processo saúde-doença tem relação com meio social. Ou seja, isso significa uma ruptura com bioma médico de não levar em consideração os aspectos sócio-histórico da biologia humana. Nesse contexto, remete a discussão sobre as relações das formas de trabalhos que é submetida a classe trabalhadora entre os aspectos físicos, químicos, biológicos, psíquicos que podem resultar nos efeitos de desgaste físico e/ou psicológico, como é destacado por Laurell; Noriega apud Santos (2013):

O desgaste pode ser definido, então, como a perda de capacidade efetiva e/ ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos ( p. 139).

---

<sup>39</sup>Lei Orgânica da Saúde (LOS; nº 8.080, de 19 de setembro de 1990)

Compreende que o processo de trabalho, organização tem relação que levam o desgaste do profissional e isto não deixa de serem os determinantes e os condicionantes da Saúde do Trabalhador. Por fim, as condições e a organização<sup>40</sup> devem ser consideradas em relação trabalho e saúde.

Dejours (1992) aborda que a organização do trabalho é como um fator que “[...] potencializa os efeitos patogênicos das más condições físicas, químicas e biológicas do trabalho” (p. 128). Pois a organização do trabalho se refere às divisões técnicas e sociais do trabalho, isto é, a hierarquização, ritmo de trabalho e pausa do trabalhado sob o controle do empregador, causando sofrimento psíquico, doenças mentais e físicas.

Percebe-se com isso que para o autor a organização do trabalho provoca sofrimento para a classe trabalhadora por causa da insatisfação nas atividades que realiza por não agir com liberdade, ficando controlada pela organização comandante. E por não encontrar prazer no que faz, seu trabalho não estabelece fonte de energia. Resultando estranhamento do sujeito ao seu trabalho. Dejours (1992) afirma que o sofrimento começa com o bloqueio da relação homem-organização do trabalho, isto é, quando o trabalhador usou de todo conhecimento e quando não mais pode mudar de tarefa, é a certeza de que, segundo o autor:

[...] o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento. [...] Via de regra, quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta (p. 52).

As transformações corridas no mundo do trabalho, tanto no processo produtivo, quanto na esfera do Estado vem destruindo conquistas sociais históricas da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e trabalho. Por fim, a exploração do trabalho repercute na saúde do trabalhador de forma invisível, levando um sofrimento não reconhecido da classe que vive do trabalho. O

---

<sup>40</sup>É preciso entender a diferença entre condição e organização de trabalho. Segundo Dejours (1992) “Por condição de trabalho é preciso entender, antes de tudo, ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc), ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho. Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc” (p. 25).

profissional de Serviço Social não está ausente dessa consequência da precarização na sua qualidade de vida, segundo Raichelis e Silva (2015) ele também sofre com as consequências da precarização, como o assédio moral e tais repercussões levam ao adoecimento, fragiliza a sua saúde de forma que muitos não veem que tem relação com as condições do seu espaço sócio-ocupacional. A saúde do/ trabalhador/a assistente social exige ser analisado compreendendo os impactos da precarização do trabalho, engendrada pelo regime de acumulação flexível capitalista.

## CAPÍTULO 3: A INVISIBILIDADE DA SAÚDE DO/A ASSISTENTE SOCIAL

### 3.1 A invisibilidade de adoecimento do profissional no Serviço Social

Com a transformação no mundo do trabalho o mercado de trabalho passou a exigir mais produção em menos tempos. Neste cenário, as exigências repercutem na saúde dos trabalhadores, trazendo implicações para sua qualidade de vida, nas suas relações com os usuários e demais profissionais. Segundo publicação do Jornal “o Amarelinho” em 06 de dezembro de 2016, isso acaba resultando em sentimentos de frustração e fracasso porque nesse contexto de produzir mais em menos tempo tem provocado um aumento de sintomas como: cansaço a todo o momento, dores como de cabeça, irritabilidade, perda de interesse pelo trabalho, distanciamento afetivo e entre outros adoecimentos.

O jornal “o Amarelinho” coloca que a *Síndrome de Burnout* (o nível mais devastador do estresse resultando no esgotamento profissional) é cada vez mais frequente no ambiente corporativo e que as pessoas que lidam diretamente com outras e são expostas ao sofrimento humano são as mais atingidas, como os profissionais de enfermagem, serviço social, professor, psicólogos e etc. É acometida mais nas mulheres porque são as que acumulam funções profissionais ao serviço doméstico, sem terem reconhecimento por isso.

Segundo uma matéria publicada em colaboração de Cristina Nabuco, em 12 de maio de 2015, na Revista Claudia do grupo Abril, no Brasil 30% dos profissionais apresentam esse grau máximo de esgotamento profissional que levam seu adoecimento, conforme pesquisa da filial nacional da International Stress Management Association (Isma), que avaliou mil pessoas de 20 a 60 anos entre 2013 e 2014<sup>41</sup>. A psicóloga Ana Maria Rossi, presidente da organização no país, informou que, 96% dos atingidos sentem-se incapacitados o que ocorre em muitas das vezes o afastamento/abandono do trabalho.

Então, o adoecimento dos profissionais apesar de ser ainda velado, é mais comum do que se pensa. O adoecimento profissional é marcado pelas

---

<sup>41</sup> Dados encontrados no jornal “o Amarelinho” e na revista Claudia do grupo abril.

contradições do sistema explorador pelos impasses que coloca na classe que vive do trabalho, como é o caso dos/as trabalhadores/as assistentes sociais.

Santos e Manfroi (2015, p. 186) afirmam que em uma pesquisa sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais, feita no Espírito Santo (2007) e em Santa Catarina (2011), muitos dos profissionais responderam que entre as dificuldades mais encontradas por eles são: desconhecimento das atribuições da/o assistente social por outros profissionais e gestores, burocracia excessiva; problemas de gestão e financiamento; fragmentação da rede de proteção social; descontinuidade, fragmentação e sobrecarga de trabalho e entre outras. Pode-se compreender, então, que fala-se de precarização do trabalho, cuja consequência incidem na condição de vida e da própria reprodução da vida da classe que vive do trabalho. O/a assistente social sendo um profissional que vende sua força de trabalho não está fora dos contornos da exploração.

É destacado por Santos e Manfroi (2015) que a profissão de assistente social está imersa nas incoerências do capitalismo e que o cenário atual avigora ainda mais as contradições que são próprias desse sistema estão a se adensar e enraizar. E cada vez mais se tornando visível o desenvolvimento dos limites nas condições de trabalho precarizado, e ao mesmo tempo ainda mais ocultos. Resultado é a invisibilidade do adoecimento profissional e, sobretudo, nas novas formas de mistificação da realidade.

As condições de trabalho do/a assistente social têm como condicionantes as políticas sociais pois são um espaço privilegiado de atuação deste profissional, dando ênfase as políticas sociais brasileiras, já que o Brasil um país com nível de desigualdade exuberante, muitas regiões com pobreza extrema, nisso as formas de intervenção se tornam peculiar. Assim, as políticas sociais são importantes para minimizar os efeitos das sequelas capitalista, e a forma de organização das políticas sociais são sucateadas pelo sistema, afetando de forma significativa o exercício profissional do/a assistente social (SANTOS E MANFROI, 2015).

Faermann e Mello (2016) falam que o trabalho do/a profissional assistente social tem se acomodado pela lógica da fragmentação e da procedimentalização presente nas políticas sociais. “Há uma tendência à focalização da análise e da atuação profissional nos particularismos da realidade social, em detrimento da sua totalidade, resultando em intervenções empiricistas e reducionistas” (p. 102).



Nesse sentido, embora o Serviço Social seja considerado uma profissão liberal, os/as assistentes sociais ficam submetidos aos limites da instituição empregadora. De um lado, há escassez dos recursos (como equipamentos, sala adequada e etc) para a realização de suas atividades. Por outro lado, elas definem, recortam, limitam a matéria que os profissionais irão intervir.

A atuação dos/as assistentes sociais tem como referência mais importante o Código de Ética, conforme Resolução CFESS n. 273/93, que estabelece os princípios fundamentais, direitos e deveres, além de outros aspectos importantes da profissão. Outro instrumento normativo para atuação dos profissionais é a Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão. Ela prevê as competências e atribuições privativas do/a assistente social, as quais exigem condições mínimas de estrutura e de infraestrutura para serem plena e eficazmente desenvolvidas, devendo ser disponibilizadas no espaço sócio-ocupacional onde a ação profissional se desenvolve. O CFESS (Conselho Federal em Serviço Social), por meio da Resolução 493/2006, com finalidade para garantir os instrumentos legais dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social como condição essencial para a realização e execução dos atendimentos ao usuário do Serviço Social a existência do espaço físico. E as condições físicas do local de trabalho são indispensáveis para cumprir o que exige o Código de Ética nos atendimentos para assegurar o sigilo profissional.<sup>42</sup>

Dessa forma, os/as assistentes sociais têm sua função e atribuições determinadas pelo seu empregador, o que provém os limites de realização profissão para não afetar os interesses da classe dominante. Com isso, os profissionais acabam adoecendo, por ser impedidos de exercer conforme o que determina o seu projeto de atuação profissional. Os “efeitos da tríade” resultam em desgaste e adoecimento físico e mental. Sobre a/o profissional assistente social, de forma particular, pouco é conhecido sobre os impactos na saúde dos mesmos por questão de ter uma escassez de produção de pesquisas. Também o que é observado é que os/as assistentes sociais indignam-se e analisam “frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes

---

<sup>42</sup> Ver Conselho Federal De Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 1997. Resolução nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe” (RAICHELIS, 2011, p.426).

A saúde no sistema capitalista tem sido um desastre para a vida de todos os trabalhadores, os agravos de doenças relacionada ao expediente são vistos como não tendo relação com a precarização do trabalho e sim algo independente, isto é, visando que o adoecimento do trabalhador é algo natural a ele. Procedendo na invisibilidade que o trabalho adoece. As questões de saúde da/o assistente social se evidenciam embora pouco explorado, em termos de está incluído na categoria da classe que vive do trabalho que vende sua força de trabalho em troca de um salário, concomitantemente o/a trabalhador assistente social presente nos espaços socio-ocupacionais é um profissional que sofre com o adoecimento agravado e/ou prejudicado em condições precarizadas da própria expressão das mazelas do sistema capitalista (RAICHELIS, 2011; FAERMANN E MELLO, 2016; SANTOS E MANFROI, 2015).

### **3.2 O município de Cachoeira**

Cachoeira é um município, no estado da Bahia, no Brasil. Situado às margens do Rio Paraguaçu. Sacramento e Santos (2014) proferem que Cachoeira teve importante papel para a formação da primeira rede urbana do Recôncavo<sup>43</sup>. Santos (2009) destaca que foi devido as relações econômicas do Recôncavo que durante muito tempo foram representadas por ela, porque o centro político administrativo da localidade estava centralizada nesta cidade.

Segundo o IBGE a população é de aproximadamente 35.013<sup>44</sup> habitantes. É considerada como "Cidade Heróica"<sup>45</sup> pela sua importante participação na independência da Bahia. Além disso, pela sua beleza das casas com estilo barroco, das suas igrejas e museus, a forte presença do sincretismo religioso, as

---

<sup>43</sup> Segundo Santos (2009) o Recôncavo é uma a área continental que se apresenta na forma côncava margeando uma grande cidade ou um grande porto. Com isso, o Recôncavo baiano se apropriou dessa nomenclatura e passou a traduzir sua dimensão socioeconômica

<sup>44</sup> Censo de 2016. Fonte: IBGE. Ver em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290490>.

<sup>45</sup> É considerada como “cidade heróica” pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil a partir do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici

manifestações do catolicismo e a cultura afro-brasileira levaram a cidade a ser tombada, em 1970, e alcançar o *status* de Cidade Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). Por essas considerações, todos os anos no dia 25 de junho, o governo estadual é transferido para a cidade, num reconhecimento histórico pelos feitos da cidade em prol do país (IBGE CIDADES; SACRAMENTO e SANTOS, 2014).

Segundo Santos (2009) a trajetória histórica da cidade teve prosperidade econômica e rica na cultura baseada, principalmente, nos costumes dos escravos africanos que trabalharam no cultivo do fumo e da cana-de-açúcar, que por muito tempo foi o principal produto de exportação da colônia do Brasil, e também a principal fonte de economia da cidade. Ainda segundo a autora, outras atividades a partir dessas culturas foram crescendo, como a pecuária, a agricultura, o café, o algodão, entre outros.

Pela crise que foi atingida, a partir de 1924, resultante pelo declínio e consequente estagnação econômica com as crises do fumo e do açúcar – iniciadas no final do século XIX. Além disso, com a reestruturação do sistema viário estadual resultou que no afastamento do seu Porto, em 1940 entrou em fase de decadência pois aos poucos foi perdendo sua importância e ao mesmo tempo enfrentava processo de isolamento, por causa do desenvolvimento do transporte rodoviário. Com isso, o transporte marítimo, que era seu fator principal que fazia ligação aos grandes centros econômicos, passou a não ser mais o principal meio de exportação e a cidade teve uma perda significativa que sucedeu no fechamento de várias fábricas fumageira (SACRAMENTO e SANTOS, 2014).

Nos últimos anos do final do século XX, segundo os autores Sacramento e Santos (2014) o referido centro urbano teve novas perspectivas de crescimento por causa da implantação de novas atividades comerciais, devido o tombamento realizado pelo IPHAN, com o reconhecendo da riqueza do patrimônio arquitetônico e de serviços, sobretudo com a criação em 2006 do campus Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo Baiano-UFRB, juntamente com um campus da Faculdade Adventista da Bahia (IAENE), instituição instalada no ano de 1979 na cidade (IBGE CIDADES).

### **3.3 A perspectiva do trabalho dos/as Assistentes Sociais no município de Cachoeira**

A última etapa desse estudo é o *locus* da pesquisa, composta de análise e coleta dos dados impetrados durante a investigação construída de acordo com os procedimentos constituídos para conduzir os estudos. Nisso partiu uma caminhada da realidade dos profissionais assistentes sociais que são sujeitos do processo e também objetos desta pesquisa. Buscou-se não limitar os significados atribuídos da prática profissional, mas como às suas condições do trabalho está relacionado com o adoecimento, sofrimento.

Das falas dos sujeitos entrevistados dos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, surgiram histórias de sujeitos e espaços distintos, mas com vivências de atuação tão semelhantes em seus conteúdos, que nem sempre são vistas como experiência de vida em grupo e serem compartilhadas. Uma realidade formada por cada parte da individualidade do trabalho. No decorrer das investigações o que se obteve constituiu pedaços que traduz a forma de toda a realidade do trabalho vivido pela classe que vive do trabalho.

Os depoimentos das/os entrevistadas/os são muitos significativos e vividos por todas as classes exploradas. Os resultados das investigações são apresentados partindo do processo das condições de trabalho dos/as assistentes sociais e sua relação com a dor e o sofrimento do trabalho, e a colisão da precarização do trabalho na sua saúde, por fim desvelando o adoecimento do/a trabalhador/a assistente social.

Pode-se relatar de forma preliminar que alguns assistentes sociais patentearam que as condições de trabalho precárias não são vistas como adoecimento profissional por causa do próprio processo do sistema e também da organização feita pela gestão local. No entendimento em comum da maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa expuseram que por atender muitas demandas, muitos atendimentos sofrem muito pela sobrecarga, pode-se concluir com isto, que o adoecimento profissional é visto também atrelado aos atendimentos excessivos que lhes causam estresse, cansaço mental; e as histórias dos usuários que são absorvidos pelos profissionais aos poucos vão lhe causando transtornos emocionais. Outro ponto a destacar é o reconhecimento profissional o que mais lhes adoecem

psicologicamente porque os méritos da profissão parecem que ficam invisíveis e com isso se sentem impotentes.

A interferência política, principalmente em período eleitoral, foi apontada como uma das principais causadoras de sofrimento e adoecimento no trabalho de um/a profissional entrevistado/a.

Através dos sujeitos pesquisados percebe-se que o adoecimento é uma situação presente nos profissionais e se mescla na invisibilidade dos espaços sócio-ocupacionais que estar inserida a categoria. E ainda com as informações dos sujeitos compreendemos que não são só fatores biológicos que afetam a saúde, mas também a dinâmica do trabalho: é muito estresse, perseguição, é pouco recursos para fazer intervenções, intensificação do trabalho, é limitação de atuação, sem estabilidade de emprego.

Por fim, será abordado o que foi dado como resultado preliminar, no decorrer do estudo, à medida que as análises e discussões dos dados estiverem acontecendo com os diálogos dos teóricos.

É importante apresentar o perfil dos sujeitos da pesquisa que atuam nos mais diversos espaço sócio-ocupacionais como nas áreas de políticas de saúde e socioassistências do município de Cachoeira, que nos esclareceram e nos escancaram ricamente as suas convivências e experiências da sua atuação.

Esclarece-se que optou em não revelar as instituições que esses profissionais estão inseridos, pois se deve ao fato de querer resguardar qualquer dado que venha a deduzir a identidade dos/as profissionais. Uma vez que a cidade pesquisada é pequena e as instituições onde os/as profissionais atuam são unitárias, salvo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atualmente existe dois em funcionamento. Portanto, é feito o acordo com os/as profissionais entrevistados/as preservar qualquer dado da sua identidade.

Sobre a formação profissional é importante colocar que, todas as pessoas entrevistadas têm mais de cinco anos que se graduou e foi em rede de ensino privado. Porém entre as quatro pessoas entrevistadas uma possui graduação em instituições de ensino EAD (Ensino a Distância), as demais em instituições de ensino presencial. Todos os sujeitos pesquisados também fizeram pós graduação em rede de ensino privado semipresencial, ou seja, iam dois dias da semana na instituição de ensino.

Entre as quatro pessoas entrevistadas apenas uma tem vínculo efetivo com carga horária de 30h semanais; duas tem vínculo de trabalho por meio de contrato sendo que entre estas uma tem carga horária de 30h e a outra de 20h; e a outra entrevistada tem vínculo de trabalho comissionado com carga horária de 20h semanais.

É destacado que os sujeitos entrevistados receberam o nome de flores<sup>46</sup>, pois apesar de toda precariedade no trabalho e com a sua saúde sendo fragilizada amam a profissão e sentem alegres e satisfeitas atuando como assistentes sociais; fazem de tudo para driblar o sistema e fazer com que os direitos das pessoas sejam garantidos; lutam por sua profissão, pelo reconhecimento profissão; e lutam também para que os demandatários, além de terem os seus direitos garantidos, tenham conhecimentos desses direitos. Por isso, são flores plantadas em um terreno chamado de capitalismo: tão árduo, com pouca fertilização.

### **3.4 Tensões e contradições no trabalho do/a assistente social: adoecimento e sofrimento na atuação profissional**

[...] as condições de trabalho precarizado que me adoecem. Tenho anos de trabalho aqui e são anos sem férias, sem aumento de salário, baixa remuneração [...] É violentação de todos os direitos trabalhistas. Não tenho direito há um descanso. E a carga aqui é pesada. Muitos dizem que é mentira, mas absorvemos a energia aqui. E fico nervosa, chateada, choro, muito estresse. Chego em casa fico com angústia, sem paciência e brigo com minha família. Tem dias que até com atendimento aos usuários me sinto cansada. Fico com fadiga, com muito estresse. Eu fico adoecida emocionalmente (Margarida).

As falas dos/as assistentes sociais oportunizaram a ampliação dos significados dos fatores que incidem no adoecimento dos próprios, desmascarando a invisibilidade que como adoecem sob as condições precarizadas que intervêm nas instituições que desempenha sua função. A consequência da precarização atinge-os desde a integridade física à mental/emocional. O cotidiano onde desempenha sua

---

<sup>46</sup> Ressalta-se que o pseudônimo foi sugestão das próprias pessoas entrevistadas, já que no momento de realizar a entrevista foi perguntado como gostaria de ser chamado/a para manter em sigilo seu nome.

força de trabalho é marcado por insegurança da instabilidade do emprego, mal remuneração, pressão, reconhecimento profissional, enfim estas e outras formas ocasionam o sofrimento e adoecimento dos assistentes e revelam-se nas expressões da precarização do trabalho.

O assédio moral é uma das expressões da precarização gerida pela flexibilização das relações do trabalho. Ele causa adoecimento físico e mental por acirrar a superexploração promovida pelo capital e aumentada pelo neoliberalismo. Segundo Raichelis e Silva (2015) a prática do assédio moral é a violação dos direitos humanos sendo uma estratégia de dominação do capital nas relações de trabalho que, atualmente, estão cada vez mais precarizadas e intensa.

O CFESS em 2011<sup>47</sup> publicou um manifesto que reconheceu que a prática do assédio moral vem afetando as relações de trabalho de assistentes sociais compreendendo essa danosa consequência que expõe os/as trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. Portanto, esse manifesto visou discutir sobre o assédio moral no trabalho, por entender que causa impacto nas relações profissionais e sociais dos sujeitos, além de repercutir de forma negativas na saúde dos/as assistentes sociais.

Segundo a autora Marie-France Hirigoyen apud Raichelis e Silva (2015), entendemos que por assédio moral no local de trabalho é todo e qualquer comportamento abusivo manifestado por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos que tem possibilidades de trazer danos à personalidade à dignidade ou à integridade física ou psíquica da pessoa, colocando em ameaça seu emprego ou degradação do seu o ambiente onde desempenha sua função.

Pode-se observar estas ações através de uma das falas dos sujeitos pesquisados, principalmente quando é mencionado que seus superiores de forma não diretamente, duvidam da sua capacidade profissional, colocando em risco sua integridade psíquica.

É declarado por Angélica:

[...] diretamente não falam. Mas é assim, com aquele olhar, com aquela indireta falando: de que forma você vai conseguir isso? como?

---

<sup>47</sup>Sobre o CFESS MANIFETA ver o link:  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess\\_manifesta\\_assedioFINAL.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_assedioFINAL.pdf)

E até mesmo falando do que diante intervir naquela demanda se não conseguiria meios para intervir.

Nessa mesma direção é observado por Margarida:

Sempre tem alguém para dizer que você não tem capacidade para resolver aquela intervenção, já me disseram...., eu já ouvi várias vezes que não tenho capacidade para resolver aquela intervenção, mas eu fui lá e fiz.

Por outro lado, outro/a profissional assistente social que participou da entrevista informou que onde atua é referência para resolver qualquer demanda que seja da sua competência, é proferido por Copo de Leite:

Nunca me disseram que eu não iria resolver um determinado caso porque eu não tenho capacidade. Pelo contrário quaisquer demandas sempre acreditam no meu potencial. Sempre conseguimos resolver.

A humilhação, segundo Raichelis e Silva (2015) influenciada pelas leituras da médica Margarida Barreto, é um sentimento de ofender, menosprezar, rebaixar, inferiorizar, deixando aquela pessoa se sentindo um ninguém, um valor inútil. Ela é uma dor social em uma sociedade que prevalece um poder autoritário, resultando na predominância do medo, sentimento que contribui na submissão dos trabalhadores, pois com as mudanças nos modos de produção acarretou em profundas metamorfoses nas organizações de trabalho com impactos nas formas de vínculos trabalhistas refletidos nos contratos de trabalho temporários, em tempo parcial, terceirizados, então, os profissionais acabam não tendo outra escolha senão ficarem subordinado ao seu superior já que seu vínculo de trabalho é por tempo determinado.

É bem claro nas palavras da/o assistente social Girassol o quanto é menosprezada na sua atuação profissional

Em período eleitoral mesmo fazem de tudo para apagar meu trabalho, não tenho nenhuma intervenção. Muitas questões nem são passadas para mim. Por exemplo, cesta básica eles próprios que solicitam. Os direitos garantidos são postos como benefícios do candidato. Minha profissão é apagada, principalmente em momento de eleição no município. Chegam aí querendo falar com o assistente social aí eles próprios que atendem. Nem passa por aqui o



atendimento. É complicado nesses momentos intervenção do Serviço Social. E fico sem autonomia, me sinto impotente

Então, com esse depoimento dessa flor percebemos o menosprezo que lhe adoece porque leva a lhe sentir impotente com esse tipo de humilhação que sofre no seu espaço sócio-ocupacional.

Outro caso encontrado nas falas dos/as profissionais que nos remete a pensar sobre o reconhecimento profissional e não deixar de rebater na saúde emocional dos/as profissionais, como bem destaca Girassol

Eu sempre dou ideias de projetos, faço. Mas acabo não participando do projeto. A ideia fica sendo a do outro. Aí fica para gestão. E isso me entristece. Sinto-me impotente. Porque eu vejo como uma atribuição minha, como assistente social de participar da elaboração, de executar. Eu sinto violentadas as minhas atribuições, competência. O assistente social tem que dar ideia, mas também participar de todas as etapas do projeto. E também fazer os acompanhamentos.

Sobre isso podemos encontrar na defesa da autora Raichelis (2010) no âmbito que envolve implementação das políticas sociais torna-se um jogo de conflitos e interesses que envolvem distintos protagonistas das mais diversas categorias profissionais em disputar os espaços de reconhecimento e poder no interior do aparelho institucional. No caso da fala desse profissional fica claro o quanto a sua atuação é um arcabouço para a gestão se tornar reconhecido, prestigiado, minimizando as características importantes do/a assistente social.

E Girassol pontuou sobre a sua qualificação profissional que não é reconhecida e mesmo que ela invista em aprimorar mais seus conhecimentos para ter uma melhor qualificação nos atendimentos não tem perspectiva de melhorar sua carreira onde atua.

Aqui não tem plano de carreira e aumento de salário do servidor. Há anos que a gente só ouve e até hoje nada. É só massacre. Tenho qualificação profissional, pós-graduação e sem reconhecimento, aumento de salário.

Para complementar, Margarida informou do preconceito de sua atuação, e é que resulta em não reconhecerem sua intervenção enquanto um profissional que atua nas mais diversas expressões das questões sociais:

Outra coisa é o reconhecimento do trabalho aqui, sabe o reconhecimento profissional. Sempre dizem: quem trabalha com doido porque é doido. É um preconceito. É desvaloriza-me enquanto em minha profissão. Não tenho minha profissão reconhecida. Fico angustiada, me adocece emocionalmente.

Nesse depoimento constata um sofrimento o adoecimento vivenciado pelo profissional gerando sentimentos de incapacidade, ou melhor, impotência, na fala de Girassol evidência mais ainda:

Eu fico angustiada porque a instituição tem atendimento para o Serviço Social e sabe que atendimento são sigilosos, sabe sobre a regulamentação profissional, sobre a ética no Serviço Social... E não tenho uma sala apropriada. Minha profissão não é reconhecida pela instituição. Não tenho respeito profissional. Tenho os meus direitos violentados pela instituição. Sinto-me muito impotente.

Nessa perspectiva há de se destacar o sigilo profissional que constitui um direito e um dever do/a assistente social em proteger o usuário em relação às informações fornecidas. Por isso, o atendimento deve ser feito em um local com estruturas específicas que possa assegurar a confidencialidade das questões apresentadas porque é no momento do atendimento que o usuário revela situações particulares de sua vida e quando a/o assistente social analisa qual a decisão a tomar para intervir. Por essas questões que o Código de Ética da/o assistente social é explícito quando se refere do sigilo profissional.

Barroco e Terra (2012, p. 145) frisam que o sigilo profissional é essencial para a efetivação de um trabalho eficiente, responsável e competente, já que é a partir das informações analisada que a/o assistente social compreende a “situação na sua totalidade e também na sua singularidade, podendo intervir da forma mais adequada e respeitando a dignidade do usuário, bem como sua capacidade de escolha e de decisão”.

Esses constrangimentos são vivenciados quase de forma unânime pelos assistentes sociais entrevistados/as no seu cotidiano de atuação, Angélica profere: “o que precisa aqui são melhorias na estrutura físicas, a estrutura é bem precária. Fazemos com que o atendimento realmente seja sigiloso”.

Outro profissional relatou as mesmas condições

A sala aqui é “aberta”, a divisão é improvisada. Sempre tem interferência de alguém. Peço lá na recepção para pedir as pessoas para ficarem aguardando lá, porque a sala que é para espera não tem condições. E os atendimentos são sigilosos. Mas não, aí mandam a pessoa entrar e ficar esperando na sala que é de espera, mas não tem estrutura. Como aqui, a sala de atendimento não tem estruturas quem estar do outro lado dar para ouvir. Mesmo fechando a porta. A gestão não investe na estrutura da sala para preservar o atendimento, manter o sigilo. Tem gente mesmo, que prefere falar comigo no pátio daqui, no cantinho. Eu fico mal com isso (Girassol).

No mesmo ponto de vista, outro/a assistente social depôs:

A única coisa que falta aqui no espaço na realidade é uma sala para guardar o sigilo e já solicitei o gestor sobre essa questão. Por enquanto estamos fazendo atendimento sigiloso em outra sala que temos aqui. Outros casos atendemos aqui nesta sala e mesmo assim fazemos uma organização aqui para poder preservar o que os usuários chegam para falar, minha mesa fica um pouco distante das outras mesas que também faz atendimento. Os ruídos aqui não atrapalham em nada minha conversa, nem na escuta (Copo de leite).

E a/o assistente social Margarida proferiu que agora está bem melhor a infraestrutura da instituição, porque antes era pior, como a mesma põe: “[...] sobre o espaço: agora ta bem melhor, porque antes era bem pior... Agora tem sala para atendimento individual. Tem sala para atividades recreativas, como para assistir filmes”.

O que foi exposto pelos/as assistentes sociais viola as normativas da Resolução CFESS nº 493/2006<sup>48</sup>, que aborda sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional, que estabelece a imprescindibilidade do espaço físico adequado para qualquer forma de atendimento ao usuário tanto nas abordagens, individuais ou coletivas, conforme os serviços prestados no âmbito da instituição.

O espaço físico, ou seja, a sala de atendimento onde a/o assistente social realiza sua intervenção estabelece um dos elementos para garantir o acolhimento ao usuário, bem como pode desenvolver um trabalho com qualidade. E segundo as falas dos/as assistentes sociais pesquisados revelam que essa não tem sido a realidade vivenciada por eles/as.

Um dos profissionais relatou que teve que lutar para conseguir os materiais que tem hoje, algumas dificuldades ainda prevalece no seu espaço, como móveis de escritório compatíveis com a necessidade do profissional, e essas coisas

---

<sup>48</sup> Para saber mais acessar site: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)

lhes causam adoecimento, pois como o profissional vai fazer um atendimento de qualidade se não dispõe de materiais necessários para realizá-lo.

A sala aqui é minúscula, muitas coisas que tem aqui porque eu lutei, lutei anos para conseguir. Esse computador, essa impressora aqui mesmo para ter na minha sala foi luta, lutei e muito para consegui. Tudo aqui é um problema quando solicito; aí eu vou para luta. Quando tem outra assistente social aqui junto comigo, temos que dividir a sala. Aí ficamos com um único computador para dividir. Por agora estou sozinha, mas quando chegar outra... O armário que fica guardado os arquivos nem chave têm; perderam. As pastas que ficam guardadas não dar para deixar organizadas (Girassol).

Essa discussão é procedido por Barroco e Terra (2012) que como os usuários relatam situações da sua vida privada que podem comprometer sua honra e sua imagem devido opiniões de terceiros, e compartilham com os assistentes sociais esses relatos que acabam virando objetos de registro escritos, então, todos os materiais técnicos produzidos pelos profissionais em relação aos usuários estar anexo como material sigiloso. Desse modo, os arquivos e o local de trabalho tornam-se invioláveis.

Nas reformas estatais fortemente sob as influencias do neoliberalismo as políticas sociais estão cada vez mais sendo sucateada e aos profissionais são colocados entraves de todas as formas, como falta de materiais diversos, de transporte para visitas domiciliares e institucionais, de salas para o atendimento dos usuários, entre outros constrangimentos. O trabalho que circunscrevem as condições sociais da/o assistente social é rebatido pela “contrarreforma” do Estado, e tendem a ser desreguladas e flexibilizadas, subordinado a conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras (RAICHELIS, 2010; CARVALHO & IAMAMOTO, 2013).

Como bem expressos nos depoimentos a seguir os impasses do profissional que não só ficam limitado mas também desapreciam a sua atuação profissional, com isso, é levando para a prática da/o assistente social um exercício de trabalho mais burocratizado e rotineiro, e tais ações não deixa de ser reflexo do próprio sistema de estagnar os direitos dos cidadãos:

[...] algumas demandas que só o particular cobre, não são todas as demandas coberta pelo SUS. Então, lutamos, buscamos em outra cidade para saber se o SUS cobre daí então fazemos vinculo, solicitamos transporte. Só que quando isso acontece e durante esse processo a pessoa já foi para o particular (Copo de leite).

E ainda completa dizendo que

E isso me deixa de “pé e mão atados” porque como são muitas demandas e a gente quer resolver todas. Mas questões que o SUS não dar cobertura, infelizmente a gente não pode resolver. Alguns exames a gestão faz o liberamento no particular, mas tem exames que são hiper caro e a gestão não tem condições de liberar porque vem de recursos próprios e daí não temos condições de arcar com todos os exames no particular (Copo de leite).

E finaliza dizendo o que podemos compreender sobre a longa espera do usuário para ter sua demanda atendida; ficam a mercê dos serviços públicos que depende de outro nível de poder.

E o procedimento de pactuação que fazemos, leva em torno de 3 a 6 meses para poder liberar. E quando temos retorno é liberado em um dia para o paciente ir fazer no outro. Daí fazemos de tudo para que o paciente não perca, liberamos o carro logo, porque é um exame caríssimo e que já estava esperando há meses (Copo de leite).

Por outro lado, outro profissional que ocupa outro espaço de atuação profissional, relata situação semelhante em relação ao sucateamento do serviço que depende do sistema de fornecimento.

Sempre tem problemas com recursos, principalmente com a troca de gestão. Então, a gente realiza as atividades com o que tem. Temos dificuldade para realizar algumas atividades, mas a gente tenta encontrar outros meios, trabalhar com o que tem. Medicamentos faltam aqui, daí a gente ver com o médico qual outro remédio pode ser substituído. Se não der, a gente solicitar aos familiares para comprar. Sempre dizem que falta verba, e o que a gente pode fazer? (Margarida).

E ainda coloca que muitos dos usuários atendidos não têm dinheiro para comprar comida, porque a família não ajuda, não tem benefício, não tem emprego.

Muitas famílias mal têm o que comer então a gente faz um encaminhamento para um equipamento social solicitando uma cesta básica e nem temos um resultado que aquela família foi beneficiada. E isso me entristece (Margarida).

Nessa mesma lógica os outros profissionais destacam a dificuldade de transporte para realizar visitas de forma contínuas, e com essa condição o profissional é afastado da realidade da população atendida, pois não dar prosseguimento continuado e próximo da população, assim não soma conhecimento e reflexão sobre a realidade das intervenções realizadas.

Falta de recursos aqui tem. De qualquer forma. Até mesmo carro é uma dificuldade. Os recursos são mínimos. Mas eu batalho para garantir os direitos. E na troca de gestão, então. É esperar a organização se estabelecer para dar continuidade (Girassol).

A/o assistente social Angélica bem esclarece fazendo comparações com outros municípios das dificuldades que enfrenta, e não tem como não se angustiado por não ter um acompanhando com os usuários de forma assídua:

Assim como outros municípios. As dificuldades aqui são existentes.... são em todas as naturezas. E nossas dificuldades aqui não são diferentes das de outros municípios. Por exemplo, carro. Transporte é nosso maior problema para ir fazer visita a domicilio, fazer acompanhamento. E mexe com qualquer um profissional.

Por outro lado o/a assistente social Copo de leite informa que o gestor do município concede sempre que solicitado de transporte para que o usuário vá realizar algum tratamento em outra cidade, pois quer que o/a profissional não deixe de realizar seu trabalho.

Às vezes, aqui precisamos de alguma coisa como carro para quem faz tratamento em outra cidade ou fazer exames de alta complexidades. Então, a gente vai pede o gestor, e ele concede para a gente não deixar de trabalhar, não deixar que as pessoas fique sem o tratamento. Fazemos mais de 1.000 atendimentos por ano aqui.

E finaliza afirmando que os recursos disponíveis dar para desenvolver seu trabalho de forma digna.

Os recursos disponíveis aqui dar para desenvolver meu trabalho de forma digna. Aqui materiais a gestão faz com que não falem para justamente desenvolver um trabalho digno, criteriosa ficando atendo as Resoluções, atento as Leis, as Portarias, os manuais.

As condições de trabalho estão relacionadas ao ambiente e aos instrumentos de trabalho. Por outro lado, a organização traduz como se dar as políticas de gestão e as relações de trabalho. Os aspectos como controle, autoridade, as políticas recursos humanos e a própria estrutura temporal do trabalho, levam a tona os condicionantes que implicam sobre o processo saúde-doença dos trabalhadores, em termos de desgaste, sofrimento e adoecimento.

O/a assistente social em seu cotidiano vivencia os mesmos dilemas de qualquer trabalhador, dessa forma, suas atividades estão a domínio e à instabilidade do trabalho ao capital. Essa realidade ratifica as expressões intensificadas pela precarização do trabalho inerente ao modo de produção capitalista.

O trabalho intensificado, mesclado na extrapolação da carga horária, constitui um dos pontos que mais abrange os profissionais assistentes sociais, refletindo nas causas do seu adoecimento, como estresse, depressão, angústia, fadiga. Resultando em alguns momentos a ficarem insatisfeito até mesmo nos momentos de atendimento.

O CFESS manifestou em 2011<sup>49</sup> que a redução da carga horária semanal do/a assistente social sem perda salarial é uma causa justa e impacta principalmente na qualidade dos serviços prestados aos/as usuários/as do Serviço Social. Frisando que a jornada de 30h semanais tem finalidade de preservar a saúde e a segurança dos/as trabalhadores/as porque os/as profissionais estão expostos/as a situações cotidianas de jornadas extenuantes e alto grau de estresse, decorrentes das pressões sofridas no exercício de seu trabalho junto à população submetida a situações de pobreza e violação de direitos. Por isso, a lei 12.317/2010 deve ser cumprida para todos/as os/as assistente sociais, independentemente da área em que atuam: Saúde, Assistência Social, Sociojurídica, Previdência, ONGs, setor privado e muitas outras.

Em contrapartida, a desregulação da lei é refletida nos seguintes depoimentos coletados o excesso da carga horária sem ser remunerado:

Eu cumpro exatamente a carga horária de 30h. Como moro um pouco distante daqui eu não gosto de ficar indo para casa na hora do almoço. Que é das 12 as 14. Mas aí chega um aqui batendo 1 hora

---

<sup>49</sup> Ver o link: [http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011\\_luta30h\\_site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_luta30h_site.pdf)

da tarde e não vou deixa de atendê-lo. Porque, às vezes, vem de tão longe ou porque é uma questão emergencial, e eu atendo (Angélica).

Aqui em tenho carga horária de 20h, exceder a carga horária sempre acontece porque, às vezes, tem atendimento que é demorado e toma o horário de descanso, ou porque, às vezes, vamos fazer uma visita distante e quando chegamos já nem dar para descansar porque chegamos pós horário de almoço. Além disso, trabalho duas quarta-feira do mês aqui. E é sem remuneração... (Margarida).

Com a fala de Copo de leite podemos compreender que o/a profissional já passou pela mesma situação da extrapolação da carga horária nos outros espaço que já desempenhou sua função.

Minha carga horária aqui é de 20h no contrato, mas como as 20h não dar conta das coisas que tenho aqui para fazer sempre acabo trabalhando mais. Porque estou [...] e é muita demanda. Tem dias que saio daqui já de noite. O excesso de demanda daqui eu já estou acostumado. O que faço aqui já fiz em outras gestões.

Apenas a/o profissional que tem vínculo efetivo que hoje se encontra com a carga horária reduzida, porém antes trabalhava mais de 30h por semana, então, como estava lhe causando muito sofrimento decidiu reivindicar por seus direitos:

Trabalhava a semana toda, e minha carga horária não era de acordo com o edital do concurso . Até que não estava mais aguentando e fui falar com a gestão sobre isso e que minha profissão é regulamentada por lei, e ainda tem o regulamento das 30h. Além de a lei ser cumprida, o edital do concurso deve ser cumprido também. Com isso, minha carga horária foi reduzida (Girassol).

Porém, mesmo com toda intensificação da carga horária restam o gosto, a alegria do trabalho que desempenham com os usuários, atuando com sua função. Nos depoimentos do/a assistente social é evidente essa análise:

Aqui onde trabalho tem demanda muito complexa. [...] e a demanda é grande. E realmente é um desgaste que afeta qualquer um profissional, seja a carga que for. Se um profissional trabalhar aqui e aquele dia corrido, puxado, fica sobrecarregado. Mas aí a gente recarrega a bateria: vai para casa dorme, descansa e retoma no outro dia renovado. Se for necessário, eu excedo a carga horária, eu fico acordada a noite, mas dou continuidade àquilo que iniciei. É uma satisfação que sinto. Eu estou pronta para a luta! (Angélica)



[...] isso não afeta em nada minha saúde, não me adocece. A demanda é grande demais, mas graças a Deus não me adocece, não afeta na minha saúde. O amor de atuar não rebate na minha saúde de jeito nenhum (Copo de leite).

A insatisfação com o trabalho foi colocado pelos assistentes sociais pesquisados que não interfere na sua saúde, mas o que leva o seu desgaste psico/emocional é as condições de trabalho onde desempenha sua atuação. Vale resgatar a discussão que Dejourns (1992) expõe sobre a organização que está condicionado o trabalho provoca sofrimento para os/as trabalhadores. E quando não encontra prazer no que faz, não tem fonte de energia seu trabalho. Com isso, o sofrimento é, então, determinado na relação homem versus organização do trabalho.

O depoimento de Girassol faz reflexão essa definição, ela se sente satisfeita com a sua atuação, porém as condições do seu ambiente de trabalho não são propícios para a sua atuação.

Trabalho aqui há ano e as pessoas são quase sempre as mesmas, cidade pequena; criamos aquele laço de amizade, de conhecer um e o outro. Daí dar para manter o acompanhamento delas. Mas daí a pessoa pensa que tem intimidade para chegar aqui e perguntar alguma coisa mesmo vendo que estou atendendo e invade o espaço mesmo, também a sala é aberta. Eu explico, falo que deve esperar eu terminar de atender para depois entrar na sala. Sempre chega gente interrompendo para pedir alguma informação, muitas nem são demanda daqui. Aí eu oriento.

E ainda acrescenta

Tenho vontade de ir para outro lugar. Mas como assistente social, porque eu amo Serviço Social. Amo a minha profissão. Atuar aqui não me deixa satisfeita. Estou cansada, esgotada já das condições de trabalho que tenho aqui. O que me satisfaz é meu trabalho de exercer minha profissão. Os laços que criei com as pessoas.

A/o assistente Margarida fala que sua satisfação é o trabalho com os usuários por ser gratificante o reconhecimento dos usuários por seu trabalho. Com a própria diz: “sobre satisfação, a minha maior satisfação é o trabalho com os usuários. Porque criamos um vínculo de amizade, de afeto. É muito gratificante o reconhecimento dele pelo meu trabalho”.

Para Angélica não resta dúvida que com todas as violações dos seus direitos trabalhistas, ama atuar como assistente social:

Tem que realmente amar a profissão. Pois o salário não é bem pago, ainda não foi aprovada o piso salarial da profissão, a instituição em que trabalhamos não respeita nossos direitos e a gente fica muito triste porque viola mesmo. Apesar disso, para mim é muito gratificante exercer a profissão, intervir.

Para completar mais um/a profissional relata do seu amor pela profissão:

Eu amo o Serviço Social, fico alegre atuando, amo minha profissão. Eu quando fui adolescente vendia na feira para poder ajudar no sustento da casa, vim de família pobre, humilde. O trabalho que eu faço aqui não me adocece. É amor! (Copo de leite).

Situações percebidas nos relatos dos sujeitos entrevistados/as, os quais desvendam a presença de situações fatigantes refletem negativamente na saúde física e emocional dos/as assistentes sociais. O excesso de demandas foi apontado como aspecto que desencadeia ou agrava doenças, como o desgaste que é a sensação de cansaço, desânimo e descontentamento em relação ao trabalho (VICENTE, 2015).

Nesse contexto, as falas dos profissionais expressaram nível de descontentamento, indicando sintomas da *síndrome de burnout*. No Brasil ela é conhecida como síndrome do esgotamento profissional, caracterizada pela exaustão emocional, pela completa falta de energia, pela sensação de ter chegado ao seu limite máximo.

A *síndrome de burnout* trata-se de uma síndrome psicológico, é como desse uma resposta a tensão emocional crônica do trabalho, já que é gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos. Ela representa o equilíbrio frágil entre os profissionais e o seu ambiente de trabalho. Entre seus principais indicadores estão o cansaço emocional, a despersonalização e a falta de realização pessoal (INOCENTE, 2015).

Aqui é muita demanda, não paro. É excesso de atendimento de demanda. Já fiquei muito estressada, angustiada. Até nos atendimentos não me dava vontade de atender, ficava impaciente. Tava ficando depressiva já, tava muito ansiosa, não consegui dar conta das coisas então procurei um médico e com isso precisei ir para o medico psiquiatra, tomar remédio, fazer terapia. Problema na

minha coluna piorou, pois tenho muitos documentos para ler, muitos relatórios para fazer, encaminhamentos, ofícios (Girassol).

Eu fico chateada, indignada..., principalmente entristecida por situação em equipe. Aqui tem muita demanda. Aqui o assistente social tem o que fazer. Atendemos em média 200 famílias. Nada que chegue aqui vai sair sem resposta, ou vai sair daqui porque não é daqui. Não, a demanda que chegar aqui vamos fazer o encaminhamento, vamos sentar, conversar e tentar dar uma resposta. Tem demanda forte que você sofre, se desgasta, toma todo seu gás e faz você se sentir impotente. E aí me sinto cansada, desgastada. Já tive crise de choro, queda de Pressão. São muitos problemas que acompanho aqui não têm como não sensibilizar, não se colocar no lugar (Angélica)

A vida não é só aqui, trabalho. Tem outras atribuições. Trabalhar aqui é muito desgastante, mais do que outro trabalho que tenho. Mas tenho satisfação com as atividades que faço com os usuários. Já tive momento de ápice que fiquei afastada. Tava com fadiga, com muito estresse. (Margarida).

Nesse excesso de demanda foi apontado por um/a assistente social que sempre acaba levando trabalhos para casa pois durante o tempo que estava trabalhando no seu local de trabalho não há tempo para fazer relatórios e demais documentos.

Chego em casa tenho coisas para fazer que é de casa, e sempre tenho alguns relatórios para fazer em casa porque não paro aqui no trabalho e não dar tempo de fazer. Então, levo para casa e faço pela noite pois daí não me atrapalha no meu relacionamento com a minha família, com o trabalho domestico. O salário aqui é baixo, mal pago mesmo sendo efetiva, só dar para me sustentar. Vou empurrando com a barriga (Girassol).

Por outro lado, um/ profissional relatou que prefere não levar documentos referentes ao trabalho para casa pela questão de ser muito sigiloso, mesmo quando tem muita demanda e não dar para terminar no espaço que ocupa deixa para ser feito no outro dia, como é aludido por Angélica: “não gosto de levar o que é do trabalho para minha casa, trabalho com casos que é muito sigiloso. E não gostaria de levar para casa esses casos. Fica aqui no armário guardado”.

Com excesso de demanda podemos contatar que leva ao estresse, um desgaste mental por estar se cobrando por causa que fica com pensamento nas coisas que tem que fazer no trabalho, foi apresentado por um/a das entrevistada/o.

E eu me cobro muito, eu chego em casa e não tenho descanso, já fico pensando nas coisas que tenho para fazer no trabalho. O trabalho vai para além do ambiente que estamos. E fico com a mente muito cansada, já fiquei com fadiga (Margarida).

Segundo Vicente (2015) o estresse, já está incluindo na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), incluído no conceito de desgaste mental. O desgaste mental segundo a mesma autora citando Seligmann-Silva são situações que no trabalho dominado os trabalhadores tenham seu corpo e a potência psíquica consumidos pelo processo de trabalhos. Considera, assim, o desgaste mental um sofrimento que suga a capacidade psicofísica do sujeito, determinando uma perda temporária ou definitiva de potencialidades e capacidades em virtude da exposição às injustiças, humilhações e desqualificações no percurso da vida laboral.

A autonomia de que dispõem os assistentes sociais em seu trabalho tem sido constantemente ameaçada nos diferentes espaços sócio-ocupacionais através da lógica do capital imposto ao conjunto dos trabalhadores, transformando- em uma autonomia controlada e restringida (RAICHELIS, 2011). Contribuindo para o sofrimento e adoecimento dos profissionais, como pode ser verificado na fala de Girassol: “[...] além disso, a gestão aqui com as limitações e fico sem poder responder aquela demanda do usuário. Fico impotente, já chorei muito. Fico limitada, sem autonomia profissional, fico chateada estressada (Girassol).

#### Ainda complementa

No meu trabalho a gestão não interfere de forma direta, mas é do tipo que persegue sutilmente. Entende? Nessa nova gestão mesmo, estão pretendendo me trocar de função, ser assistente social de outro espaço, nem sei... (Girassol).

A/o Angélica chama nossa atenção quando fala de início de gestão que é um dos fatores que faz com que fique angustiada, sofrendo com consequências da nova gestão, com é proferido pela mesma: “início de gestão existem muito desafios para enfrentar. E até se adaptar é muita indignação, mudança, desafios, não satisfatórios. Sabe esse processo de adaptação de processo político”.

Copo de leite diz que os superiores apenas orientam em que os profissionais não deixem transparecer os problemas pessoais no âmbito do trabalho, diz a/o próprio:

Dou-me super bem com a gestão, com os usuários. O que é cobrado de toda equipe técnica como em qualquer outro lugar, qualquer gestão é mais empenho, *o tratamento com os usuários porque muitas pessoas chegam aqui com um problema*, já chegam doentes, com doença grave e nós devemos nos colocar no lugar do paciente. Então, quem tá com problemas deixem em casa, deixa fora do âmbito do trabalho. Para não interferir na hora do atendimento.

Outro profissional traz que as interferências sempre acontecem, é um pouco incômodo estar atendendo e haver interferência, mas não a deixa angustiada porque interferem não porque ela não é capaz de fazer aquele atendimento, só mesmo para pedir informações, diz Margarida: “sobre as interferências, acontece....pela gestão, família do usuário, pela própria equipe daqui. Mas só para pedi alguma informação, não por que não sou capaz de realizar aquele atendimento”.

O trabalho com as expressões da questão social é penosa, segundo Vicente (2015), pois os assistentes sociais ficam expostos a riscos de ordem objetiva e subjetiva, ao se depararem com indivíduos, famílias e populações em situações de intensa privação e de violação de direitos. Isso pode ser verificado nos discursos dos/as profissionais que aceitaram participar da entrevista sobre as ameaças que já sofre pela sua atuação. Como diz Copo de leite “quando eu trabalhei em outra área já sofri ameaça. Trabalhando na área que estou não sofri nenhuma ameaça até agora”. Na fala dessa flor, embora não tenha sofrido nenhuma ameaça, não deixa de mencionar sobre isso em outro espaço que já trabalhou.

Outra/o assistente diz que já foi ameaçada de morte por um usuário, embora não tenha psicose com isso, sempre fica atenta se perceber que no mesmo espaço que está o usuário esteja presente. “[...] já sofri ameaça até de morte de um usuário. Mas não tenho medo de andar na rua por causa disso ou ficar na psicose. Claro que quando ver a pessoa no lugar que estar aí já liga o alerta (Margarida).

Em contrapartida, na fala de Angélica esclarece sobre não ter sofrido, mas convive com medo de algo vim acontecer com algum membro familiar, como a sua filha.

Eu saio daqui positiva, pensando que vou chegar a minha casa e tudo dará certo. Mas fico com medo da minha filha sofrer alguma agressão. Eu tenho muito medo e só a deixo ela sair com alguém que eu confio; e que seja alguém da família.

Então, embora a mesma não tenha sofrido nenhuma forma de ameaça existe um medo de que sua filha venha sofrer alguma ameaça, e com isso há sofrimento do medo que não deixa de repercutir na sua saúde, provocando seu adoecimento.

Observamos que na fala de Girassol, por trabalhar anos na cidade a amizade com a população que segundo a mesma são seus usuários foram criados e que por isso se sente segura.

Até hoje nunca fui ameaçada. Tenho uma boa relação e interação com as pessoas que atendo. Com as pessoas da cidade. Muitas pessoas me solicitam. Eu não fiquei limitada apenas como a profissional assistente social, eu procuro saber das pessoas, fazer o acompanhamento, conhecer as demandas, conhecer as necessidades do município. E daí vai criando a amizade. Eu sou da cidade, me sinto segura.

Por fim, há de mencionar que os/as assistentes sociais expuseram que muitos fazem funções que não é de sua competência, segundo os/as mesmos/as fazem porque não ver *problemas* em fazer. Pois veem como algo que é sensação de bem-estar para si, por exemplo, ajuda na limpeza da sala onde trabalha; passar informações que não é do conhecimento da sua profissão, mas tem conhecimento sobre aquilo, então acaba informando; além disso, é assinar documentos que independe de assinatura de um profissional específico.

Como foi dito por um dos/as entrevistados/as:

Se tiver um termo e que precisa da assinatura de algum profissional, e se encontrar na mesa só para assinar não vou deixar para outro quando chegar e assina. Por que não assinar? Já que aquele termo pode ser urgente e não vai desrespeitar atuação do outro colega. Claro que tem termo que precisa de assinatura específica daquele profissional, então cabe a ele assinar (Angélica).

Então, de acordo com os/as assistentes sociais entrevistados/as realizando essas tarefas e outras semelhantes que não é da sua competência não lhe adoce, não lhes causam nenhum sofrimento.

Com os parâmetros mencionados, observamos que o sofrimento e do adoecimento que reflete na saúde dos/as profissionais encontra-se principalmente nas condições de organização, instrumento e meios promovidas pelas instituições empregadoras que demandam o trabalho do profissional, que utilizam novas e velhas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado, no atual contexto da metamorfose do mundo do trabalho e das políticas sociais centradas nos interesses do capital.

Há de mencionar que os profissionais entrevistados/as são de diferentes espaços sócio-ocupacionais, o que possibilitou observar que cada espaço que um profissional atua embora tenha algumas semelhanças quanto seu papel de atuação, os diferentes espaços contribui para cada um profissional tenha consequência das condições de trabalho no modo de vida diferente. Segundo Raichelis (2012) refletir sobre os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social é considerá-lo como expressão das contradições das dimensões do fazer profissional, nos quais se condensam e se afrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, em torno de diversos projetos em disputa na instituição onde se implementam políticas públicas.

As transformações no mundo do trabalho marcam para a exaustão e desvalorização do trabalho humano através das novas formas de extração da mais-valia que tem na sua gênese uma busca infindável pela acumulação do capital mediada pela ampliação do trabalho excedente e pela redução do trabalho pago, configurando um processo intenso da exploração da força de trabalho.

Nesse contexto, os/as assistentes sociais vêm sofrendo suas consequências de forma dolorosa e muitas vezes solitária, o que tem causado sofrimento e adoecimento neles/as, colocando em risco sua saúde física e psíquica/emocional por perpassar dimensões da sua sociabilidade e subjetividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tomada a consciência que o estudo aqui apresentado está muito longe de ser um trabalho estático porque abre novas possibilidades de pesquisas e contribuições ainda mais criteriosas e críticas, visto que a cada momento pode surgir novos desafios com relação ao adoecimento do/a assistente social. As análises apresentadas foram constituídas em um determinado espaço sócio-ocupacional onde estes profissionais sofrem com as consequências da precarização na sua saúde. Dessa forma, a pesquisa demonstra o retrato de uma situação e de um espaço de trabalho que não se esgota, no entanto que se transforma.

O desenvolvimento da pesquisa foi permeado de incontáveis problemas que vão desde mudança de gestão que acarreta reordenação nos postos de trabalhos dos profissionais e novas contratações até o clima do sentimento de desconfiança que gera medo no profissional de perder seu emprego. Com base nisso, Vicente (2015) expõe que devido às organizações públicas, a reestruturação produtiva tem desencadeado novas formas de organização do trabalho que atinge os assistentes sociais porque passam a trabalhar nas organizações governamentais com forte presença da ampliação de subcontratação da terceirização do trabalho profissional e enxugamento dos postos de trabalho.

Foi possível compreender nas observações das entrevistas que a prática do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais refletem expressões da precarização de forma que levam seu adoecimento com casos de assédio moral, insatisfação do trabalho por causa das condições de trabalhos que são submetidos, estresse, fadiga, intensificação do trabalho com carga horária excedida, e os assistentes sociais são alvos dessas consequências que são veladas pelos profissionais, não sendo fomentado pela categoria de debater mais sobre as suas condições de trabalho de forma que desvelem o seu adoecimento.

Em um contexto de transformações o trabalho, marcado pela retração e, mesmo, pela destruição do trabalho regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, cresce também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos/as profissionais nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho (RAICHELIS, 2011).



Conforme proferido por Druck (2016; 2011) e por Raichelis (2011) a precarização é uma dimensão do processo de acumulação capitalista. No Brasil, a precarização estrutural e histórica que provoca uma situação de regressão social não como um “retorno ao que era antes”, mas uma condição moderna, nova, entretanto o processo de intensificação do trabalho precário não é uma herança histórica social, é fruto das novas reestruturações do sistema econômico. A destruição de direitos sob advinda precarização, têm se intensificado, pois com as novas configurações o Estado passa a exercer o papel de gestor do capital sob políticas mascaradas que cada vez mais são seletivas, focalizas, excluindo mais do que incluindo.

Os espaços ocupacionais, afirmado por Raichelis (2011); Iamamoto (2014) e Vicente (2015) que, os profissionais se inscrevem nesse contexto, marcados pelo clima de resistência e vulnerabilidade de várias dimensões, desde as condicionalidades dos materiais instrumentais, escritório, estrutura de sala adequada à ausência de permanência nos empregos, já que o vínculo de trabalho contratado expressa a insegurança diária dos/as trabalhadores que não sabem até quando permanecerão trabalhando; também marcado também pela intensificação do trabalho, rebaixamento de salários, adoecimentos, onde os profissionais vendem sua força de trabalho dependendo sua subsistência o que possibilita submeter às perversas formas de exploração.

Concorda-se assim com o que profere Raichelis (2011) que, a dinâmica de flexibilização/precarização modalidade que até então era destinada à classe de operários, abrange também o trabalho dos/as assistentes sociais nos diferentes espaços institucionais. Então, com a análise da pesquisa é possível considerar que situações como adoecimento, insatisfação, contratos precários compõem o universo da vida profissional.

Nos depoimentos das/os assistentes sociais verificam-se vários indicativos que remetem ao sofrimento e ao adoecimento, resultantes das condições de trabalho, como: assédio moral, estresse, fadiga, ansiedade, desmotivação, sintomas da síndrome de *burnout*, angústia, esgotamento, conflitos familiares, sensação de incapacidade, esgotamento mental, problemas na coluna, queda de pressão arterial e crises de choro.

As atitudes dos/as profissionais frente a essa realidade podem levar à naturalização ou aceitação de um trabalho desgastante e perverso que contrapõe ao

Projeto Ético-Político do Serviço Social. Por isso, torna-se importante estimular as discussões para dar visibilidade e ser um fator fundamental para construir novas sociabilidades.

Verifica-se que, independentemente da área de atuação profissional, predomina um processo de degradação das condições de trabalho dos assistentes sociais que colocam sua saúde em risco, as quais necessitam serem analisadas nas particularidades.

Marcado pela superexploração do trabalho no seu cotidiano, a/o assistente social depara-se com inúmeras demandas; nas entrevistas vemos relatos de ausência dos recursos para que os profissionais realizem as suas atividades, então restam buscar desenvolver sua intervenção pelo compromisso ético-político com os usuários com o que tem para se fazer, já que a instituição não oferece as condições necessárias para realizar seu trabalho. Destarte, os/as profissionais sofrem pela sua autonomia que fica cada vez mais controlada pelos empregadores.

Conclui-se que a partir das reflexões apresentadas das várias formas de precarização e intensificação do trabalho repercutem diretamente nas condições e relações de trabalho do/a assistente social e, por consequência, na sua saúde física e mental levando seu adoecimento e sofrimento.

Na trajetória desse estudo não houve o interesse em delinear as possíveis formas que viessem a ajudar os/as assistentes sociais em algum momento em que as condições de trabalho não afetem sua saúde, seria até irônico se delineássemos, pois em tempo de trabalho submerso ao capital, a precarização continuará reinando nas condições de vida dos trabalhadores, pois ela é intrínseca a lógica do capitalismo para continuar na reprodução do capital.

A intenção desse estudo foi desvelar as condições de trabalho precarizado dos/as assistentes sócias e torná-las públicas, e suas consequências na vida dos/as trabalhadores/as que são atingindo/a em todas as suas dimensões, para assim fomentar debates sobre esse tema. Nesse sentido, a temática superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho dos/as profissionais é bem pouco debatido, pouco pesquisado, por conseguinte pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores, e que não possui acúmulo na literatura profissional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C; CABRAL, M. S. R. **Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador.** São Paulo em perspectiva. São Paulo.v.17, n.1, p. 3-10, jan/mar 2003.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: EMIR, S.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Ed. 7ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.(Capítulo I, p. 9 - 37).

**A DOENÇA do esgotamento profissional.** Jornal “o Amarelinho”. Publicado em 06, dezembro de 2016.

Disponível em: < <http://oamarelinho.com.br/noticias/2016/12/3611-a-doenca-do-esgotamento-profissional.aspx>> Acesso em 03 de marco de 2017.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** Revista Estudos do Trabalho, Ano V, Número 8, 2011. Marília-UNESP.

\_\_\_\_\_. **Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global.**ORG & DEMO, v .7, n.1/2, Jan.-Jun./Jul.-Dez.,p. 89-108, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Ed.:15ª. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** Ed.: 2ª. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado.** CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (orgs.) São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** Ed.: 7ª. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun, 2011.

BEHRING,E. R.; BOSCHETTI,Ivanete. **Política Social: fundamentos e História.** Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2. Ed.: 9ª. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.  
BRASIL. Lei Nº **8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

**BURNOUT: os sinais da síndrome que é causada pelo esgotamento no trabalho**. Revista Claudia. Grupo Abril. Publicado em 12 de maio de 2015 - Atualizado em 28 de outubro 2016.  
Disponível em < <http://claudia.abril.com.br/saude/burnout-os-sinais-da-sindrome-que-e-causada-pelo-esgotamento-no-trabalho/>> Acesso em: 03 de março de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm)> Acessado em: 27 de maio de 2016.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica**. Ed.: 39. São Paulo: Cortez/ Celats, 2013.

CARVALHO, Cláudio Viveiros de. **Saúde do trabalhador: legislação federal**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. OUT/2011. Disponível em< <http://bd.camara.gov.br>> . Acesso em 24 de fevereiro de 2017

COSTA, Renata G. da. **A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 366 - 378, jul./dez. 2014.

CFESS MANIFESTA: Serviço Social e Direitos Humanos. **Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos**. Brasília: CFESS, 2012

CFESS MANIFESTA. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS MANIFESTA. **Dia Nacional de Luta pelas 30 horas**. Brasília: CFESS, 2011.

DEJOURS. Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Ltf-cia Leal Ferreira. Ed.: 5. São Paulo: Cartaz — Oboré, 1992.

DURÃES, Bruno. **A dialética capital e trabalho no trabalho informal de rua no Brasil**. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, p. 871-891, 2016. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas>> Acessado em 04 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **“Camelô de tecnologia” ou “Camelô Global”: novas formas de expansão do capital na rua**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP), 2011.

DRUCK, Graça. **A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização**. In: TEIXEIRA, M. O. et al. (Org.). *Precarização e terceirização: faces da mesma realidade*. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016, p.35-58.

\_\_\_\_\_. **Verbete Precarização social do trabalho**.

\_\_\_\_\_. **Tentativa de burlar direitos trabalhistas se manteve no decurso da história**. Entrevista especial concedida a IHU On-Line, 22 Abril 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541947-tentativa-de-burlar-direitos-trabalhistas-se-manteve-no-decurso-da-historia-entrevista-especial-com-graca-druck>>. Acessado em 04 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

FAERMANN, L. A; MELLO, Cássia C. V. de. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. Textos & Contextos, Porto Alegre. V. 15, n. 1, p. 96 - 113, jan./jul. 2016.

FILGUEIRAS, L. **O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico**. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) *Neoliberalismo y sectores dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206 (Colección Grupos de Trabajo).

IBGE CIDADES. **Histórico Cachoeira-BA**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=290490&search=bahia|cachoeira|infograficos:-historico>> Acessado em: 03 de fevereiro de 2017.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. Ed.: 10ª. São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed.: 25ª. São Paulo, Cortez. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

INOCENTE, Nancy Julieta. **O Serviço Social e a síndrome de burnout**. In.:Dicionário Crítico de Serviço Social. Sarita Amaro (org). Rio de Janeiro: Autografia, 2015 (Parte 3, p. 404 – 419).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em < <http://pt.slideshare.net/janaina010509anderson/gillivro-antonio-carlos-mtodos-e-tnicas-de-pesquisa-social> > Acessado em: 02 de agosto de 2016.

LIMA, Jacob Carlos. **A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 17-26. Disponível em:< <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v13n1/v13n1a03.pdf> >. Avesso em 01 de março de 2017.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. Ed.: 2ª. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. *Temas de Ciências Humanas*, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, p. 1-20, 1978. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000082&pid=S1414-4980201300010000300003&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000082&pid=S1414-4980201300010000300003&lng=pt)> Acessado em: 23 de fevereiro de 2017.

MARANHÃO, César. **Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, cincretismo e conservadorismo**. In.:Cenário, contradições e pejejos do Serviço social brasileiro. Ana Elizabete Mota, Angela Amaral (org.). São Paulo: Cortez, 2016 (Parte 2, Capítulo 3, p. 165 – 205).

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. Ed.: 13ª. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl: **O Capital: crítica da economia política**. Ed.:24ª. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Livro 1).

MÉSZÁRIO, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Ed.:1ª. São Paulo: Boitempo, 2011. (Tradução Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa).

MINAYO, MariaCecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: PesquisaSocial. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. (Capítulo I, p. 09 – 31). Disponível em <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf)> Acessado em 01 de agosto de 2016.

NETTO, J.P.**Capitalismo Monopolista e ServiçoSocial**. Ed. 8ª. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. Ed.: 16ª. São Paulo: Cortez, 2011b.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** Biblioteca básica de serviço social. v.1. Ed. 8ª. São Paulo: Cortez, 2012. (Cap. 9; p. 223 – 254).

POCHMANN, Marcio. **A crise capitalista e os desafios dos trabalhadores.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, p. 698-712, 2016.

RAICHELIS, Raquel; SILVA O. D.da. **O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente a violação de seus direitos.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul/set 2011.

\_\_\_\_\_. **Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.104, Especial, out./dez.2010.

SACRAMENTO, Luiz Eduardo da Silva; SANTOS, Miguel Cerqueira dos. **A cidade de Cachoeira: crescimento e desenvolvimento à luz da periferia.** In.: IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia da Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB). 2014 Barreiras-BA. Anais eletrônico. Disponível em <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3642/3329>> Acesso em 03 de março de 2017.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática e instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Editora: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Flávia B. P. dos. **O assistente social e as relações trabalho-saúde: um estudo exploratório em unidade municipal de emergência do Rio de Janeiro/RJ.** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.15, n. 2, p. 133-159, maio/ago. 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. Biblioteca básica de serviço social. v.6. Ed.: 1. São Paulo: Cortez, 2012. (Cap. 2; p. 67 – 72).

SANTOS, M. T. dos; MANFROI, V. M. **Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional.** EM PAUTA, Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2015, n. 36, v. 13, p. 178 – 196. (Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

SANTOS, R.S. da. **Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Felix.** 2009, 165f. Dissertação (mestrado em

Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador-BA. Disponível em:  
<<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11359/1/Dissertacao%20Rubenilda%20Santosseg.pdf>> Acesso em 03 de março de 2017.

SILVA E SILVA, M.O. **Serviço Social e o Popular: resgate metodológico do projeto profissional de ruptura**. Ed.: 7ª. São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, Márcia Cunha. **A invisibilidade das doenças e acidentes do trabalho na sociedade atual**. RDisan, São Paulo. Mar./Jun.2012.

OLIVEIRA NEGRÃO, João José de. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Revista do Núcleo de Estudo de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Programa de Estudo e Pós-Graduados em Ciências Sociais –PUC/SP. n.1, p. 1 – 11. 1996.

VICENTE, Damares. **Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015.

TEIXEIRA, Joaquina; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



## APÊNDICE

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Identificação
2. Tempo de formada
3. Local de formação/modalidade
4. Local de trabalho/espço sócio ocupacional/área de intervenção
5. Vinculo trabalhista (contratado, indicação, relações políticas pré-existentes)
6. Carga horária de trabalho
7. Rotina de trabalho/processos de trabalho
8. Condições de trabalho (espaço, interferência dos gestores/chefes/ condições éticas e técnicas de trabalho)
9. Relações de trabalho/ambiente de trabalho (se tem interferência, pressão, ruídos em comunicação e outros)
10. Satisfação com o trabalho.

**APÊNDICE B – OFÍCIO ENCAMINHADO A/AO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL****SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
Rua Ariston Mascarenhas, s/n, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, CEP 44.300-000  
Fone: (75) 3425-2729 / Fax: (75) 3425-1062 / <http://www.ufrb.edu.br/cahl>

---

Cachoeira, 31 de janeiro de 2017.

À/ AO Assistente Social:

Prezada/o profissional:

A discente **Adriana Silva de Pinho Nascimento de Jesus**, matriculada nesta instituição sob o número 2012.20613, curso de Serviço Social, encontra-se em fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharela em Serviço Social.

O tema do trabalhoda mencionada discente é: A SAÚDE DO ASSISTENTE SOCIAL EM FOCO, sendo necessário, para tanto, realizar entrevistas com profissionais da área.

Assim, vimos solicitar, a sua participação na condição de entrevistada/o, em consonância com o que está pactuado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Agradecemos antecipadamente, ao tempo em que colocamo-nos ao vosso dispor para dirimir quaisquer dúvidas que venham a ocorrer.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Heleni Duarte Dantas de Ávila', is positioned above the typed name.

**Prof. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila**

**Coordenadora do Curso de Serviço Social – UFRB**

**CRESS 5ª Região 1804**

**Matrícula SIAPE – 1742199**

**APÊNDICE C – OFÍCIO ENCAMINHADO À INSTITUIÇÃO****SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA****CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

Rua Ariston Mascarenhas, s/n, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, CEP 44.300-000

Fone: (75) 3425-2729 / Fax: (75) 3425-1062 / <http://www.ufrb.edu.br/cahl>

Cachoeira, 31 de janeiro de 2017.

À/Ao Coordenadora/o do serviço:

Prezada Coordenadora:

A discente **Adriana Silva de Pinho Nascimento de Jesus**, matriculada nesta instituição sob o número 2012.20613, curso de Serviço Social, encontra-se em fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharela em Serviço Social.

O tema do trabalho da mencionada discente é: A SAÚDE DO ASSISTENTE SOCIAL EM FOCO, sendo necessário, para tanto, realizar entrevistas com profissionais da área.

Assim, vimos solicitar a sua colaboração no sentido de possibilitar a realização da entrevista, pela discente, nesta conceituada Instituição. Por ser uma atividade acadêmica e de cunho científico, ressaltamos que seguirá todos os procedimentos éticos, inerentes a este tipo de trabalho. As entrevistas seguirão o que está pactuado no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Agradecemos antecipadamente, ao tempo em que colocamo-nos ao vosso dispor para dirimir quaisquer dúvidas que venham a ocorrer.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Heleni Duarte Dantas de Ávila', is positioned above the typed name.

**Prof. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila**  
**Coordenadora do Curso de Serviço Social – UFRB**  
**CRESS 5ª Região 1804**  
**Matrícula SIAPE – 1742199**

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da pesquisa:** A saúde do assistente social em foco.

**Pesquisadora Responsável:** Adriana Silva de P. Nascimento de Jesus

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Heleni Duarte Dantas de Ávila

**Contatos:** (75)98833-3007/ adrianaspnj@hotmail.com

**Instituição a que pertence:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**Curso:** Serviço Social

**Prezada Sra/Sr,**

Convido-a, por meio deste, a participar da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**A saúde do assistente social em foco.**”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Heleni Duarte Dantas de Ávila, apresentado ao curso de Serviço Social.

O objetivo deste estudo é desvelar de que forma a saúde do trabalhador assistente social é prejudica e/ou agravada com o trabalho precarizado. Sua participação nesta pesquisa consistirá em benefícios de contribuir para conhecer a saúde do trabalhador/a assistente social.

Para discorrer sobre a temática proposta, recorreu-se à revisão de documentos existentes na literatura (leis, livros, resoluções, etc). A pesquisa pode ser uma oportunidade de reflexão e maior conhecimento acerca da saúde do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais.

Além das fontes de coleta de dados acima mencionadas, decidiu-se proceder também à entrevista junto a Assistente Social que este já atuando profissionalmente. Desta forma, a entrevista será realizada no espaço físico, onde acontecem as reuniões. A participação é voluntária, sendo que o consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem quaisquer prejuízos. Esta pesquisa não oferece riscos e a privacidade da entrevistada será mantida. O termo deverá ser assinado. A (o) participante receberá uma cópia do termo devidamente assinado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa.

O presente termo foi elaborado sob as orientações da Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012, as quais aprovam diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Firma o compromisso de utilizar as informações fornecidas na entrevista para cunho meramente de contribuição ao artigo, sem utilizá-las para outros fins. A assinatura deste documento consiste na livre concordância em participar dessa pesquisa, fornecendo-lhe os dados que vierem a ser solicitados.

---

Adriana S. P. N. de Jesus  
Pesquisadora Responsável

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo em participar  
como voluntário/a da pesquisa acima descrita.  
Voluntária da pesquisa

---

Assinatura da entrevistada

Cachoeira - BA, \_\_\_\_\_ de Fevereiro de 2017.